

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO V – Nº 1000 – BRASÍLIA, QUINTA-FEIRA, 9 DE DEZEMBRO DE 1999

Órgãos públicos terão créditos suplementares de R\$ 26 bilhões

Congresso Nacional aprovou ontem projetos de lei que autorizam o governo a destinar recursos suplementares e especiais, no Orçamento da União, a ministérios, bancos oficiais e poderes Judiciário e Legislativo



Durante a votação, parlamentares criticaram o fato de o governo ter executado apenas parte do Orçamento de 1999

Um total de R\$ 26,3 bilhões em créditos suplementares e especiais, destinados a diversos órgãos públicos, foi aprovado ontem de manhã pelo plenário do Congresso Nacional. A maior parte dos recursos – R\$ 20 bilhões – foi

autorizada a título de reforço aos R\$ 2,2 bilhões inscritos no Orçamento de 1999 para o Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados e do Distrito Federal, devido à nova renegociação da dívida do estado do Rio de Janeiro.

PÁGINA 3

Plenário examina refinanciamento de dívidas do RJ e do DF

PÁGINA 2

CAE quer compensar estados por perdas com Lei Kandir

Por unanimidade, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem projeto de lei que obriga o governo federal a devolver R\$ 800 milhões aos es-

tados como forma de compensar as perdas que eles sofreram com a isenção do ICMS para produtos exportados, estabelecida pela Lei Kandir.

PÁGINA 6



A CAE considera o projeto importante porque repara parte das perdas dos estados

JORNAL DO SENADO

1000

Um marco de transparência

ENCARTE REGISTRA NÚMERO 1000 DO JORNAL DO SENADO

Com tiragem de 45 mil exemplares, o *Jornal do Senado* chega hoje à milésima edição. Um encarte de oito páginas registra a história do veículo que é parte de um complexo de comunicação criado para tornar o Senado mais transparente aos cidadãos.



A celebração conduzida por dom Eugênio Sales marca a chegada do Natal

DOM EUGÊNIO SALES REZA NO CONGRESSO MISSA EM AÇÃO DE GRAÇAS

O cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro, dom Eugênio Sales, celebrou ontem, no Congresso Nacional, missa em ação de graças à Nossa Senhora da Imaculada Conceição. A celebração também marca a chegada do Natal.

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, que esteve presente com sua esposa, Dona Arlete, e o presidente da Câmara, Michel Temer, além de diversos senadores e deputados participaram da missa, que teve início às 12 horas, no Salão Negro. O Coral do Senado interpretou os cânticos religiosos ao longo da liturgia. Autoridades, servidores do Senado e da Câmara lotaram o salão para assistir à missa. Amanhã, às 18h30, e no domingo, às 18 horas, a TV Senado reapresenta a gravação da missa.

Plenário aprecia acordos para refinarciament das dívidas

Os pedidos de autorização para renegociação de débitos do Rio de Janeiro e do Distrito Federal serão analisados em regime de urgência

O plenário vota hoje, em regime de urgência, autorização para que o estado do Rio de Janeiro e o Distrito Federal refinanciem suas dívidas junto à União. As matérias foram apreciadas previamente pela Comissão de Assuntos Econômicos, tendo obtido parecer favorável dos senadores Jefferson Péres (PDT-AM) e Romero Jucá (PSDB-RR), respectivamente.



Jefferson elaborou parecer favorável ao refinanciamento da dívida fluminense

Os débitos do Rio de Janeiro correspondem à dívida mobiliária (R\$ 11,44 bilhões), aos saldos devedores dos empréstimos do estado junto à Caixa Econômica Federal (R\$ 438,09 milhões), aos saldos devedores junto à CEF referentes a saneamento básico (R\$ 466,87

milhões), aos saldos devedores do estado com o BNDES (R\$ 111,82 milhões) e ao saldo devedor do contrato de empréstimo celebrado entre o estado com a CEF (R\$ 6,07 bilhão).

O valor total da dívida a ser adquirida pela União é de R\$ 18,53 bilhões, e o valor a ser refinanciado é de R\$ 15,24 bilhões, a juros de 6% ao ano. O governador do Rio, Anthony Garotinho, que esteve na reunião da CAE de terça-feira, disse que a operação de crédito é muito importante para o estado poder viabilizar seus projetos.

No início da sessão, os parlamentares prestam homenagem aos 50 anos de fundação da Legião da Boa Vontade

(LBV), que transcorrerá no dia 1º de janeiro de 2000. A solenidade foi proposta pelo senador Artur da Távola (sem partido-RJ).

Os senadores também apreciam resoluções que autorizam o estado da Bahia a contratar operação de crédito externo, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, no valor de US\$ 146 milhões. Os recursos destinam-se a financiar o Programa de Integração dos Corredores Rodoviários da Bahia.

Também relacionado com a Bahia, o plenário vota autorização para que o estado preste garantias a operações de crédito contratadas no âmbito do Programa de Recuperação da Lavoura Baiana.

Além dessas matérias, os senadores votam cinco projetos de resolução autorizando diversas operações de crédito envolvendo municípios.

São Paulo recebe mais que outros estados, diz ACM

“Ninguém obteve mais recursos do governo Fernando Henrique do que São Paulo.” Assim, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, reagiu ontem às declarações do governador de São Paulo, Mário Covas (PSDB), segundo as quais a Bahia teria mais facilidades na liberação de recursos do governo federal.

— É do hábito do governador Mário Covas ficar turrão e chorar recursos para obter mais da equipe econômica. Tem dado certo a sua tática. Entretanto, ela é espoliativa em relação aos outros estados. Ele pode até chorar para obter, mas ele precisa fazer como o (Anthony) Garotinho (governador do Rio de Janeiro), que é mais inteligente; ele chora sorrindo — disse Antonio Carlos, que prometeu apresentar hoje um levantamento que comprova suas declarações.

Citando a jornalista Miriam Leitão, Antonio Carlos disse que o Banco do Estado de São Paulo (Banesp) já foi vendido três vezes e inchado por “tudo que era ruim que ele (Covas) colocou para fazer a venda”. Pela Ferrovias Paulistas S.A. (Fepasa), continuou,

São Paulo também recebeu mais que o devido. O presidente do Senado citou ainda os mais de R\$ 50 bilhões da dívida paulista que foram renegociados com a União.

— Eu tenho muita admiração por Mário Covas, acho que ele é um bom governador. Apesar de ter a minha idade quase, é uma esperança para São Paulo e o país. Ele, no íntimo, pensa que manda no governo; não é verdade. Eu mando dez vezes menos do que ele, mas quem manda muito mais é o (José) Serra (ministro da Saúde) — disse.

Segundo ele, a Bahia não tem mais influência e mais competência na liberação de recursos federais. Parlamentares, disse Antonio Carlos, mostraram que a Bahia não recebeu do Orçamento, mais que 9% do previsto. Enquanto isso, informou, São Paulo já teria recebido 34%.

— São esses escândalos que preci-



Antonio Carlos reagiu a declarações do governador paulista Mário Covas

sam acabar no Brasil. A equipe econômica treme quando o Covas chora e grita. Ele precisa ver as dificuldades que os outros têm. Ele está rindo por dentro — criticou, observando que existe um “paulistério” no governo.

Antonio Carlos criticou ainda a administração de Covas, que, na sua opinião, devia ter secretários melhores, que poderiam, por exemplo, ter evitado as crises observadas na Febem do estado.

O presidente do Senado contestou a afirmação de Covas de que São Paulo é bom pagador, pois “essa não é a tradição do estado”. Por outro lado, disse, a Bahia é um estado organizado há muito tempo e com bons administradores.

— Que culpa tenho eu de falar isso a São Paulo? São Paulo merecia melhor sorte, mas não é por falta de dinheiro — ponderou.



AGENDA

QUINTA-FEIRA, 9 DE DEZEMBRO DE 1999

Antonio Carlos Magalhães
Presidente

10h30 — Preside sessão conjunta do Congresso Nacional
15h30 — Preside sessão deliberativa do Senado

PLENÁRIO

10h — Sessão Conjunta do Congresso Nacional
Pauta: Apreciação de medidas provisórias
Local: Plenário da Câmara dos Deputados

14h30 — Sessão deliberativa ordinária do Senado

Pauta: *PR nº 120/99, que autoriza a União a realizar operação de crédito de aquisição e refinanciamento das dívidas do estado do Rio de Janeiro, consubstanciadas no Contrato de Confissão, Promessa de Assunção, Consolidação e Refinanciamento de Dívidas, entre a União e o estado do Rio de Janeiro; *PR nº 121/99, que autoriza a Prefeitura Municipal de Dias D'Ávila (BA) a contratar operação de crédito interno ao Programa de Administração Municipal e Desenvolvimento de Infra-Estrutura Urbana (Produr), administrado pelo Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia (Desenbanco), no valor de R\$ 2,9 milhões, destinada a investimentos na área de desenvolvimento urbano; *PR nº 122/99, que autoriza o município de João Dourado (BA) a contratar operação de crédito junto ao Programa de Administração Municipal e Desenvolvimento de Infra-Estrutura (Produr), administrado pelo Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia (Desenbanco), no valor de R\$ 663 mil, destinada a investimentos na área de desenvolvimento urbano; *PR nº 123/99, que autoriza o Distrito Federal a contratar operação de refinanciamento de dívidas consubstanciadas no Contrato de Confissão, Assunção, Consolidação e Refinanciamento de Dívidas, nos termos da Lei nº 9.496/97; *PR nº 124/99, que autoriza a prefeitura municipal de Belo Horizonte (MG) a contratar operação de crédito junto ao Programa de Saneamento Ambiental, Organização e Modernização dos Municípios (Fundo SOMMA) administrado pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A (BDMG), no valor de R\$ 1,6 milhão, destinada a projetos de modernização administrativa; *PR nº 125/99, que autoriza o município de Belo Horizonte (MG) a contratar operação de crédito junto ao Programa de Saneamento Ambiental, Organização e Modernização dos Municípios (Fundo SOMMA), administrado pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A (BDMG), no valor de R\$ 17 milhões, destinada a obras de infra-estrutura urbana; *PR nº 126/99, que autoriza o governo do estado da Bahia a prestar garantia e contragarantia às operações de crédito contratadas no âmbito do Programa de Recuperação da Lavoura Cacau Baiana, regulamentado pelo Conselho Monetário Nacional, no valor de R\$ 15 milhões, sendo R\$ 14,4 milhões, referente à renovação da operação autorizada pela Resolução nº 105/97, do Senado, R\$ 600 mil relativo ao resíduo da margem não utilizada da primeira etapa do programa; *PR nº 127/99, que autoriza a prefeitura municipal de Campo Largo (PR) a contratar operação de crédito junto ao Banco do Estado do Paraná (Banestado), no âmbito do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano, no valor de R\$ 5 milhões, destinada aos investimentos financiáveis pelo Programa Paraná Urbano (FDU) e Vilas Rurais; *PR nº 128/99, que autoriza o estado da Bahia a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de US\$ 146 milhões, equivalente a R\$ 285,4 milhões, à taxa de câmbio de 11.10.99, destinado ao Programa de Integração dos Corredores Rodoviários do Estado da Bahia; *PLS nº 464/99, dá nova redação aos parágrafos 1º e 2º do art. 2º da Lei Complementar nº 91/97, que dispõe sobre a fixação dos coeficientes de distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios; Segundo dia de discussão, em segundo turno, da *PEC nº 6/99, que assegura aos remanescentes dos quilombos o direito de propriedade sobre as terras que ocupam e garante a preservação de suas comunidades; e *PDL nº 231/99, que aprova o ato que outorga concessão à Rádio e Televisão Diário de Mogi Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Mogi (SP); *PDL nº 223/99, que aprova o ato que outorga concessão à TV Cidade dos Príncipes S/C Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na localidade de Joinville (SC); *PDL nº 247/99, que aprova o texto do Acordo sobre Cooperação Financeira para o Empreendimento Projetos Demonstrativos (Reforço), celebrado entre o Brasil e a Alemanha; e Substitutivo ao Projeto de Resolução nº 68/99, que dá nova redação ao inciso VIII do art. 13 da Resolução nº 78/98 (operações de crédito).
Hora do Expediente: Homenagem aos 50 anos de fundação da Legião da Boa Vontade, no dia 1º de janeiro de 2000.

COMISSÃO

10h — Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Turno suplementar de discussão do substitutivo oferecido a *PLS nº 491/99, altera a redação do art. 9º da Lei nº 9615/98, que institui normas gerais sobre desporto; *Audiência pública com a presença do ex-secretário de Fazenda de Santa Catarina, Nelson Wedekin; secretário de Fazenda de Santa Catarina, Antonio Carlos Vieira; deputado estadual e relator da CPI do BESC na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, Ronaldo Benedet; e diretor do Banco Central do Brasil, Carlos Eduardo de Freitas, destinada a instruir o *Ofício nº 53/99, que encaminha ao Senado manifestação do Banco Central do Brasil acerca da operação de crédito baseada no Contrato de Abertura de Crédito e de Compra e Venda de Ações, firmado em 30.9.99, entre a União e o estado de Santa Catarina, com a intervenção do Banco do Estado de Santa Catarina S.A. (Besc), Caixa Econômica Federal — CEF e o Banco Central do Brasil (Bacen), no valor de até R\$ 2,1 bilhões, destinados ao saneamento e posterior privatização do Besc. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19

PREVISÃO

PLENÁRIO

Sexta-feira

9h — Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3327
Editor-Chefe: João Carlos Ferreira da Silva
Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, Djalba Lima e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Congresso autoriza R\$ 26 bi em suplementações

Maior parte dos créditos orçamentários concedidos ao governo foi autorizada a título de reforço aos R\$ 2,2 bilhões inscritos no Orçamento de 99 para o programa de ajuste fiscal dos estados e do Distrito Federal

O plenário do Congresso, em sessão realizada ontem de manhã, autorizou o governo a destinar recursos orçamentários suplementares e especiais no valor total de R\$ 26.302.021.048 a vários órgãos da administração pública federal. Foram aprovados 32 pareceres favoráveis a projetos encaminhados ao Congresso pelo Poder Executivo, sendo que quatro foram modificados na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e, portanto, aprovados na forma de substitutivo à proposta original do governo.

Boa parcela dos créditos – R\$ 20.041.582.000 – foi autorizada a título de reforço aos R\$ 2,2 bilhões inscritos no Orçamento de 1999 para o Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados e do Distrito Federal, devido à nova renegociação da dívida do estado do Rio de Janeiro. Com o reforço, os recursos orçamentários destinados ao programa somarão R\$ 22,2 bilhões.

Vários deputados registraram sua insatisfação quanto ao fato de o governo ter executado pequena parcela do Orçamento aprovado pelo Congresso para 1999, recorrendo, no final do ano, a créditos suplementares e especiais para programas de interesse do Executivo. O deputado Giovanni Queiroz (PDT-PA) lembrou que até novembro deste ano apenas 23% do Orçamento foram executados. “Há estados cujas dotações orçamentárias a eles destinadas não atingiram nem aquela média, como o Amazonas, que recebeu só 4% dos recursos programados, e o Pará, que recebeu 17%”, disse o deputado.

SEM OBSTRUÇÃO

Na direção dos trabalhos, o presidente do Congresso, senador Antonio Carlos Magalhães, disse concordar em grande parte com as reclamações dos parlamentares e atribuiu a preponderância do Executivo na execução orçamentária ao fato de o Orçamento federal brasileiro ser autorizativo. “O Orçamento tem que ser definitivo e, como em toda parte, um espelho da administração pública”, defendeu.

A sessão não sofreu obstrução por parte dos partidos opositores devido a um acordo firmado entre o líder do governo no Congresso, deputado Arthur Virgílio (PSDB-AM), e o líder do PT, José Genoíno (PT), com relação a proposta de concessão de financiamentos a mini e pequenos produtores e ao Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf). O líder do governo comprometeu-se a apresentar uma contraproposta do governo sobre o assunto na convocação extraordinária.

DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS AUTORIZADOS PELO CONGRESSO

1. Ministério da Fazenda - Pagamento de juros e principal de dívida interna da União: R\$ 160.729.000
2. Companhia Docas do Ceará e Companhia Docas do Espírito Santo - Dragagem do porto de Fortaleza (R\$ 3 milhões) e conclusão da pavimentação de trecho rodoviário do cais de Capuaba (R\$ 600 mil): R\$ 3.600.000
3. Presidência da República e ministérios da Ciência e Tecnologia, Justiça, Relações Exteriores, Defesa e Integração Nacional: R\$ 51.143.245
4. Ministérios da Agricultura e do Abastecimento, Fazenda, Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e Planejamento, Orçamento e Gestão: R\$ 57.827.000
5. Ministérios de Minas e Energia (R\$ 8 milhões) e Meio Ambiente (R\$ 2 milhões): R\$ 10.000.000
6. Ministério dos Transportes - Reforço para pagamento de pessoal e encargos sociais: R\$ 4.290.301
7. Justiça Eleitoral - Ampliação do edifício-sede do TRE-SP: R\$ 347.000
8. Encargos financeiros da União - Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados e Distrito Federal: R\$ 20.041.582.000
9. Justiça Eleitoral - Obras nos TREs de ES, MT, PB e RO: R\$ 3.647.634
10. Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal: R\$ 373.370.723
11. Bancos dos estados do Amazonas, Ceará e Goiás: R\$ 26.518.929
12. Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica: R\$ 41.211.137
13. Ministério da Agricultura e Abastecimento - Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos: R\$ 50.000.000
14. Ministério do Meio Ambiente - Ibama: R\$ 9.849.000
15. Justiça Eleitoral e Ministério Público: R\$ 1.984.260
16. Câmara dos Deputados (R\$ 1.500.000) e Ministério da Defesa (R\$ 5.959.118): R\$ 7.459.118
17. Casa da Moeda do Brasil e Banespa Corretora de Seguros: R\$ 8.510.000
18. Justiça do Trabalho: R\$ 8.825.405
19. Ministérios da Justiça e da Integração Nacional: R\$ 32.839.000
20. Ministérios dos Transportes e do Meio Ambiente: R\$ 48.725.754
21. Ministério da Fazenda - Operações oficiais de crédito: R\$ 49.014.700
22. Ministérios da Justiça e da Defesa: R\$ 52.496.869
23. Ministério da Fazenda - Operações oficiais de crédito: R\$ 65.995.300
24. Senado Federal e ministérios das Relações Exteriores e Defesa: R\$ 115.771.900
25. Justiça Eleitoral: R\$ 124.924.041
26. Câmara dos Deputados, Senado Federal, Tribunal de Contas da União, Presidência da República e ministérios da Justiça e Integração Nacional: R\$ 138.930.729
27. Ministério da Defesa: R\$ 143.234.909
28. Ministérios da Agricultura e Abastecimento, Defesa, Minas e Energia, Meio Ambiente, Saúde, Transportes, Planejamento, Orçamento e Gestão, Integração Nacional e encargos financeiros da União: R\$ 236.537.774
29. Grupo Petrosbras: R\$ 507.500.000
30. Grupo Eletrosbras: R\$ 494.578.820

CAE faz audiência sobre privatização do Besc

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) realiza audiência pública hoje, às 10h, com a finalidade de discutir parecer do Banco Central sobre operação financeira destinada ao saneamento e posterior privatização do Banco do Estado de Santa Catarina (Besc).

Participam do debate o ex-secretário de Fazenda de Santa Catarina, Nelson Wedekin; o atual titular da pasta, Antonio Carlos Vieira; o relator da CPI do Besc instalada pela Assembleia Legislativa do estado, deputado Ronaldo Benedit, e o diretor do Banco Central, Carlos Eduardo de Freitas.

A CAE também realiza discussão em turno suplementar de projeto do se-



Jonas redigiu o substitutivo ao projeto de Piva

nador Pedro Piva (PSDB-SP) que destina ao Comitê Olímpico Brasileiro 10% da arrecadação bruta dos concursos de loteria cuja realização esteja sujeita à autorização federal. A matéria recebeu parecer favorável do relator, senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), na forma de substitutivo, que será considerado definitivamente aprovado se não receber emendas até o fim da discussão.

O substitutivo, na avaliação do autor, amplia a abrangência do projeto original, prevendo a possibilidade de aplicação dos recursos em programas de educação esportiva, tendo como alvo a população infanto-juvenil, preferencialmente as crianças carentes.



Na mensagem em que pedia a retirada da proposta, o governo anunciou que enviará dois novos projetos sobre o assunto

Adiada a votação sobre sistema de metrologia

Com a aprovação de requerimento do senador José Eduardo Dutra (PT-SE), o Senado sobrestou ontem a votação de mensagem em que o presidente da República pedia a retirada de projeto concernente à modernização do Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Sinmetro).

O governo alegou que a própria evolução do assunto, com fortes implicações em termos de comércio internacional, e a necessidade de maior integração e abrangência do sistema de metrologia justificavam a retirada do projeto. Na mesma mensagem, anunciava que enviaria dois novos projetos sobre o assunto.

Em defesa do seu requerimento, Dutra afirmou que, apesar de anunciar o envio de dois projetos sobre o Sinmetro, o governo na verdade já emitiu uma medida provisória disciplinando um dos assuntos abordados na mensagem governamental. Ele achou estranho que isso aconteça logo

depois de o Senado votar uma proposta de emenda constitucional para limitar o poder governamental de emissão de MPs:

– Até concordamos em que se poderia desmembrar esse projeto em dois, mas essa MP é mais um exemplo do profundo descaso do Executivo para com o Congresso Nacional – argumentou Dutra.

Em defesa do governo, o senador Edison Lobão (PFL-MA) disse que a mensagem presidencial explica até com humildade a necessidade de a matéria ser melhor estudada, depois de ouvidas argumentações procedentes de entidades comerciais e industriais.

O que a oposição entendia ser um descaso do governo, Lobão interpretou ser exatamente o contrário. Mas votou a favor do requerimento de Dutra, argumentando que não queria ser chamado de intolerante. A matéria agora vai ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Convocada sessão conjunta para hoje

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, anunciou a realização de sessões do Congresso hoje, às 10h, e na próxima terça-feira, às 19h. Na pauta da reunião de hoje, nove medidas provisórias. Entre elas, a que cria a Agência Nacional de Saúde Suplementar, órgão que deve regular e fiscalizar a atuação dos planos de saúde. Também deve ser votada a MP autorizando crédito de R\$ 165 milhões para o Programa Emergencial de Combate à Seca.

Na sessão plenária do Senado de ontem, transcorreu o primeiro dia de discussão da proposta de emenda constitucional do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que assegura aos remanescentes dos quilombos o direito de propriedade sobre as terras que ocupam.

Projeto do Simples volta para comissão

Por requerimento do senador Bello Parga (PFL-MA), o Senado adiou a discussão do projeto que permite a adesão de profissionais liberais ao Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples). O projeto será agora submetido ao reexame da Comissão de Assuntos Econômicos.

De autoria do senador Luiz Estevão (PMDB-DF), ele abre a possibilidade para que corretores, médicos, dentistas, representantes comerciais, engenheiros e outros profissionais possam pagar seus impostos nas mesmas condições que as microempresas, desde que tenham obtido receita bruta anual inferior a R\$ 120 mil.

CCJ nega 14 pedidos para processar senadores

Comissão aprova pareceres contrários às solicitações do STF por entender que as denúncias, em sua maioria por supostos crimes eleitorais e delitos de opinião, atentam contra liberdade de expressão dos parlamentares

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), presidida pelo senador José Agripino (PFL-RN), aprovou ontem, em reuniões pela manhã e à tarde, 14 pareceres contrários à concessão de licença prévia do Senado para que o Supremo Tribunal Federal (STF) possa processar senadores por crimes contra a honra, calúnia, injúria, difamação e delitos eleitorais. Os relatores das matérias, bem como a maioria dos integrantes da comissão, entenderam que as denúncias imputadas na Justiça contra os senadores atentam, na verdade, contra a liberdade de opinião e expressão dos parlamentares, e também se caracterizam, no caso de processos eleitorais, por acusações contra práticas corriqueiras durante o processo de eleição.

O primeiro parecer aprovado, negando o pedido de licença para o STF apreciar denúncia de injúria contra o senador Ernandes Amorim (PPB-RO), foi relatado pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP). Tuma disse que Ernandes Amorim, que era prefeito de Ariquemes (RO) à época da acusação, apenas manifestou sua opinião, contrária à forma utilizada na criação de municípios naquele estado, durante o processo eleitoral que estava em curso.

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) também deu parecer contrário ao pedido de licença para o tribunal julgar denúncia contra o senador Carlos Wilson (PPS-PE), por calúnia e difamação. Segundo Cabral, Carlos Wilson criticou um instituto de pesquisa em Pernambuco, durante sua campanha para o Senado, apenas suspeitando da omissão de dados científicos na elaboração das pesquisas, que o apontavam como vitorioso um outro candidato.

Para Cabral, o próprio Código Penal, ao tipificar o crime de calúnia, admite a chamada exceção da verda-



Na reunião, senadores rejeitaram licença para processar o senador Ronaldo Cunha Lima por crime comum, já apreciado pela Assembleia da Paraíba

de, ou seja, a prova da verdade a respeito do fato imputado. "Isso significa que se o fato atribuído for verdadeiro não se pode falar em calúnia e o acusado pode isentar-se da responsabilidade por meio da arguição de exceção da verdade, demonstrando que o fato imputado por ele ao sujeito passivo é verdadeiro", explicou.

Por unanimidade, a CCJ aprovou o parecer contrário de Francelino Pereira (PFL-MG) ao pedido de licença para o STF apreciar denúncia de injúria e difamação contra o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães. De acordo com o relator, o senador, que na época era governador da Bahia, protestou contra a morosidade da Justiça para punir crimes graves de colarinho branco, e, em protesto, determinou a soltura de quatro pessoas em uma delegacia, acusadas de praticar delitos leves. Foi citado, na ocasião, de acordo com o ofício do STF enviado à CCJ, o ex-governador da Bahia, Nilo Coelho, acusado por Antonio Carlos de ter praticado crimes mais graves.

Francelino citou vários juristas, justificando que a imunidade parlamentar deve contemplar o livre exercício da função, bem como permitir a liberdade de expressão. Durante a discussão da matéria, o senador Pedro Si-

mon (PMDB-RS) disse que concordava com a opinião de Antonio Carlos, manifestada à época, de que a Justiça é morosa para julgar e punir crimes.

Foi negado pela CCJ outro pedido para processar Antonio Carlos, imputado por Jutahy Magalhães, alegando injúria e difamação. O relator da matéria, Edison Lobão (PFL-MA), também alegou o direito da liberdade de expressão, assegurado pela Constituição. O único voto contrário ao parecer de Lobão foi da senadora Heloísa Helena (PT-AL), que disse ser contra a imunidade parlamentar por princípio.

Os senadores da comissão aprovaram parecer de Carlos Wilson contrário ao pedido de licença para processar Antonio Carlos Magalhães por supostas declarações prestadas à revista *Veja* a respeito de conversa telefônica mantida com Edson Vidigal, ministro do Superior Tribunal de Justiça, na qual o denunciado teria se utilizado de expressões ofensivas ao magistrado. Carlos Wilson observou que "os fatos relatados não tipificam qualquer crime e inexistem as ofensas denunciadas".

Também foram aprovados por unanimidade os pareceres contrários para pedidos de processo por crime eleitoral contra os senadores Roberto Requião (PMDB-PR), Lauro Campos (PT-

DF) e Carlos Bezerra (PMDB-MT). Para Roberto Freire (PPS-PE), a maioria das acusações de crimes eleitorais são abuso de autoridade, pois caracterizam-se por situações corriqueiras nos processos eleitorais, de divulgação das idéias e campanha dos candidatos.

Os senadores acolheram parecer do senador Iris Rezende (PMDB-GO) contra pedido para processar o senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) por suposto crime de difamação contra a empresa S/A O Norte, sediada em João Pessoa, na Paraíba. Iris Rezende manifestou-se no sentido de que, "durante o exercício de seu mandato, não deve o parlamentar ser processado por suposto delito cometido mediante a emissão de opinião".

Questão preliminar levantada pelos membros da CCJ foi aprovada, transformando-se em relatório, no sentido de rejeitar o pedido para processar Ronaldo Cunha Lima por crime comum no episódio em que, em 1993, o então governador da Paraíba efetuou dois disparos de arma de fogo na direção de Tarcísio Burity.

Citando pareceres dos juristas Saulo Ramos e Joás de Brito Pereira, os senadores lembraram que a Assembleia Legislativa da Paraíba negara pedido do STJ para processar Ronaldo e que se o Senado apreciasse agora o pedido estaria se manifestando sobre o mesmo assunto — e sob o mesmo prisma — que já foi objeto de deliberação pelo povo do estado da Paraíba.

Pauta agora está limpa, diz José Agripino

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ) conseguiu, com as deliberações de ontem, completar a votação de todas as matérias que se encontravam sob sua apreciação. O anúncio foi feito pelo presidente da CCJ, senador José Agripino (PFL-RN), ao final da penúltima reunião deste ano.

— Somos obrigados a trabalhar sob regime de eleição de prioridades e as prioridades que adotamos procuram sempre consultar os interesses da sociedade e o respeito à opinião pública. Esta é a razão pela qual procuramos, ao longo do ano de 1999, discutir temas como a reforma política, a imputabilidade penal para menores de 18 anos, a proibição do porte de armas e a reprodução humana assistida, dentre tantas outras matérias — disse Agripino.

O senador ressaltou que os pedidos de licença para processar senadores foram discutidos exaustivamente e tiveram inclusive votação nominal. "É preciso que a opinião pública entenda que senador, político, tem que ter atitude, tem que ter argumento e tem que ter destemor. A CCJ deliberou hoje com argumentos, com atitude e com destemor", enfatizou.

Cabral mantém processo por calúnia contra jornalista

A maioria dos 11 senadores da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) rejeitou o parecer do senador Francelino Pereira (PFL-MG) que negava licença prévia para o Supremo Tribunal Federal (STF) julgar um recurso denominado "exceção da verdade", relativo à queixa-crime imputada pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM) contra o jornalista Silvio Leite Campos, acusado pelo senador de praticar crimes de injúria, calúnia e difamação. O parecer recebeu apenas dois votos favoráveis e uma abstenção.



Cabral pediu que senadores dessem a licença prévia

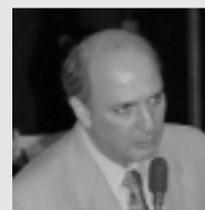
A decisão favoreceu Bernardo Cabral, que pediu para os senadores votarem contra o parecer de Francelino. Cabral explicou que o STF, na verdade, inverteu os fatos, pois quem está sendo processado é o jornalista, por ter publicado no *Jornal do Congresso Nacional* que ele (*Cabral*), na época deputado, teria acrescentado três palavras ao texto constitucional, quando era relator da Constituinte, para possibilitar à atriz Enoli Lara obter uma indenização de uma emissora de televisão, por uso indevido de sua imagem.

Ao se posicionar sobre o assunto, Cabral pediu que o relator mudasse o final de seu parecer, para permitir o julgamento do processo e a apuração total dos fatos. "Quero ver esse processo julgado para que não se repitam acusações à honra alheia", disse Cabral. O senador explicou que, depois de entrar com processo contra o jornalista, este se valeu do recurso da "exceção da verdade", previsto no Código Penal, e o STF entendeu que deveria pedir licença ao Senado para proceder com o processo.

Na defesa de Cabral, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) explicou que o jornalista se valeu de um artifício para procrastinar o resultado da ação. Jefferson Péres (PDT-AM) também defendeu Cabral, e disse que foi criada "uma situação esdrúxula" que precisa ser totalmente esclarecida.

Arruda conta vida de mãe de Glauber

Um pouco da vida de um dos maiores cineastas do Brasil, Glauber Rocha, através de histórias vividas por sua mãe, a octogenária Lúcia Rocha, é resgatado no livro *Dona Lúcia — a mãe de Glauber*, que o senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) lançou ontem, em noite de autógrafos em Brasília.



Arruda: trajetória desde os anos 30, no interior baiano

A edição é fruto de um trabalho de mais de cinco anos que conta a biografia de dona Lúcia, seus romances, decepções e a defesa da memória de Glauber Rocha, desde os anos 30, no interior da Bahia, até os dias atuais. No material estão raridades como o discurso de formatura pronunciado por Glauber, aos 13 anos, quando criticou com veemência a burguesia.

Távola lança livro de pensamentos

O senador Artur da Távola (sem partido-RJ) lançou ontem, na Biblioteca Luiz Viana Filho, do Senado Federal, livro de sua autoria intitulado *Liberdade de Ser*. A publicação consiste numa coletânea de máximas e pensamentos pinçados ao longo dos 30 anos de atividade literária e jornalística do parlamentar, e dentre as mais de cinco mil crônicas escritas pelo autor e publicadas na imprensa.

Artur da Távola, ao comentar o trabalho, disse que "a máxima não precisa de explicação, pois explica-se por si mesma,



Távola autografa um exemplar do livro para o senador Roberto Freire

verbaliza percepções", acrescentando que a sabedoria popular "é uma usina de máximas, pensamentos, refrões", todos produtos de experiência de sucessivas gerações.

A Liberdade de Ser, da Editora Novo Milênio, tem 144 páginas e destaca temas como a vida, o amor, a política, a ética, a arte e os mitos que ganham reflexões marcadamente originais. Tem prefácio de Antônio Olinto, que desenvolveu um estudo sobre máximas e pensamentos registrados ao longo da história.

Tocantins vai produzir medicamentos fitoterápicos



Eduardo saudou o convênio firmado com a Fiocruz

O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) destacou a assinatura de convênios entre a Fundação Universidade do Tocantins (Unitins) e a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), do Rio de Janeiro. Entre eles, um acordo

de cooperação mútua que vai permitir a produção de medicamentos fitoterápicos, usando a vasta flora medicinal existente no estado.

Segundo o senador, o acordo vai proporcionar o desenvolvimento de novas tecnologias, em especial na prevenção e tratamento de doenças tropicais, e permitir à população tocantinense o acesso a remédios naturais e de alta qualidade, sem efeitos colaterais.

Eduardo Siqueira Campos acrescentou que nos municípios de Paraíso e Guarái serão criados centros de pesquisa, produção e desenvolvimento tecnológico de medicamentos fitoterápicos, que também qualificarão e capacitarão profissionais da área biomédica. Futuramente, os remédios serão distribuídos à população de baixa renda.

Para o senador, a efetivação dos convênios demonstra a consolidação da Unitins e a necessidade de sua transformação em universidade federal. Ele lembrou que esta é uma reivindicação antiga do estado e manifestou sua convicção de que será atendida pelo ministro da Educação, Paulo Renato Souza.

Carlos Bezerra fala à TV Senado sobre inflação



Apesar de a área econômica do governo negar, houve um crescimento da inflação que não se deve minimizar. A avaliação é do senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), em entrevista que a TV Senado apresenta hoje, às 8h30. O senador aproveita para enumerar algumas das razões que explicam o retorno da inflação: a ausência de uma política clara em relação ao câmbio; exportações em nível inferior ao pretendido pelas autoridades brasileiras; e aumento dos preços de produtos que foram o alicerce do Plano Real.

— Todos os produtos que compõem a cesta básica subiram. Isto é um indicador terrível porque os salários estão congelados há muitos anos, e vai causar uma instabilidade social ainda maior no Brasil — avalia.

Jader: PMDB defenderá mandato de Estevão

Líder peemedebista cita parecer de Josaphat Marinho para sustentar que cabe ao Senado enviar as conclusões da CPI ao Ministério Público, em vez de abrir processo de cassação do senador

Depois de ler ofício em que a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) pede providências do Senado no caso do senador Luiz Estevão (PMDB-DF), o senador Jader Barbalho (PMDB-PA) invocou ontem a opinião do constitucionalista Josaphat Marinho para sustentar que, sem o devido amparo legal, não se pode abrir processo de cassação de um parlamentar.

Jader afirmou que o PMDB, partido cuja bancada lidera, defenderá o mandato que Luiz Estevão conquistou nas urnas, assim como sua prerrogativa de defender-se. Mas ressaltou: “Se vai ser absolvido ou condenado em processo judicial, isso não é assunto do Senado, mas do Judiciário”. Ele também refutou julgamentos. “Se o cidadão Luiz Estevão tem contas a ajustar com a Justiça, que compareça. O que não podemos é fugir ao processo legal. Não pode é o Senado, depois da investigação da CPI, abrir um processo de cassação sem que



Jader: Judiciário é quem deve condenar ou absolver Luiz Estevão

isso tenha sido pedido.”

Referindo-se ao fato de a CPI do Judiciário ter pedido ao Ministério Público que apure os indícios de ilícitos cometidos por empresas do grupo OK, Jader frisou que “as empresas do senador Luiz Estevão não estão no programa do PMDB”. Jader observa, além disso, que a CPI não recomendou a abertura do processo de cassação.

O senador paraense lembrou que seu partido subscreveu o relatório do senador Paulo Souto (PFL-BA) sem nenhuma restrição. Acrescentou que, depois de examinar documentos e ouvir pessoas durante nove meses, a CPI não chegou a conclusões sobre ilícitos de Luiz Estevão, mas ao entendimento de que o Ministério Público devia aprofundar as investigações realizadas, o que poderia resultar na instauração de processo civil ou criminal.

“Não estamos aqui para dizer que Luiz Estevão é ou não responsável pelos atos de sua empresa, nem a CPI fez isso”, dis-

se. Ele afirmou que o PMDB jamais cogitou da possibilidade de acobertar Estevão com a imunidade parlamentar. Para ele, quem defende a cassação quer partidizar a questão. Jader manifestou temor com a possibilidade de o Senado abrir um grave precedente se abandonar as conclusões da CPI para adotar um julgamento político, em sua opinião, sempre subjetivo.

Ao ler o parecer do ex-senador Josaphat Marinho, ele chamou a atenção para o entendimento daquele jurista de que as conclusões da CPI devem ser remetidas ao Ministério Público, para que este, se assim entender, promova a responsabilidade civil ou criminal de Luiz Estevão.

Resaltou também o trecho segundo o qual, se a CPI, que tem poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, não tomou a iniciativa de pedir uma apuração parlamentar específica, o assunto agora depende de procedimentos judiciais cabíveis, de exclusiva iniciativa do Ministério Público. Para ele, instaurar o processo de cassação agora reduziria a um título desprezível todo o trabalho da CPI.

Dutra afirma que parecer não se aplica à situação atual

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) defendeu o direito de os partidos ingressarem na Comissão de Ética do Senado com representação contra o senador Luiz Estevão por falta de decoro parlamentar.



Dutra: parecer trata de fatos anteriores ao mandato

Dutra comentou o discurso do senador Jader Barbalho, em que o presidente do PMDB e líder do partido na Casa condenou um eventual processo interno contra Estevão, baseando-se em parecer jurídico do ex-senador Josaphat Marinho.

— O parecer refere-se de forma genérica a um processo por fatos ocorridos antes do mandato. Ocorre que a representação que sete partidos encaminham hoje à Mesa apóia-se em fatos ocorridos durante o exercício do mandato — disse Dutra.

O senador explicou que os fatos apurados pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Judiciário deverão continuar a ser investigados pelo Ministério Público, o que não impede ou tira a legitimidade e a legalidade da representação, que estaria apoiada no artigo 55 da Constituição.

Se a representação tem amparo legal, Dutra não vê onde é que estaria “o jogo da violência, o arbítrio e o rito sumário” de que falou o senador Jader Barbalho. O parlamentar sergipano não considera incabível que Luiz Estevão viesse a perder o mandato — em função de uma eventual condenação na Comissão de Ética por falta de decoro — e fosse absolvido na Justiça de eventuais acusações de participação no superfaturamento das obras do fórum trabalhista de São Paulo.

No entender de Dutra, outro aspecto que legitima a representação e põe em questão o parecer de Marinho é que a CPI não foi criada para investigar o senador Luiz Estevão. No curso das investigações é que as empresas do senador pelo Distrito Federal surgiram como suspeitas. E o fato de que a CPI não encaminhou o relatório para a Comissão de Ética não desqualifica a iniciativa dos partidos de representarem contra Estevão.

ACM reunirá os líderes ainda em 99 para discutir o tema

Ao final do discurso em que o senador Jader Barbalho anunciou que o seu partido defenderá o mandato do senador Luiz Estevão, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse que é seu propósito reunir os líderes partidários da Casa para discutir o assunto ainda na atual sessão legislativa, que termina na próxima semana.

Antonio Carlos informou ter recebido ontem uma comissão de partidos que lhe entregou uma representação contra o senador Luiz Estevão. Em resposta, Antonio Carlos declarou que a encaminharia à Advocacia da Casa, a fim de que fosse emitido um parecer. Ele também explicou que, se esse parecer concluir pela necessidade de enviar a representação para o corregedor do Senado, este deverá em seguida encaminhá-la à Comissão de Ética.

A comissão decidirá se cabe ou não um inquérito parlamentar contra o senador Luiz Estevão. O presidente do Senado anunciou que juntará a esse material o parecer do ex-senador Josaphat Marinho, trazido a plenário pelo líder do PMDB, Jader Barbalho. Em sua opinião, essa é mais uma peça que a Advocacia do Senado terá para examinar, ao estudar os aspectos jurídicos da questão.



A representação foi entregue a Antonio Carlos por integrantes do PT, do PSB, do PDT, do PPS, do PC do B, do PV e do PL

Sete partidos pedem a abertura de processo de cassação do senador

Sete partidos (PT, PSB, PDT, PPS, PC do B, PV e PL) entregaram ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, representação pedindo a abertura de processo para a apuração de quebra do decoro parlamentar por Luiz Estevão. Comprovada a má conduta do senador, os partidos recomendam que “seja aplicada a pena de perda do mandato, com as incidências dela decorrentes”.

Antonio Carlos informou que a representação percorrerá os trâmites legais. “Ela vai ter tramitação normal. Não há por que ser rápida, muito menos por que ser devagar”, disse. O assunto deve passar pelas mãos da advogada do Senado Josefina Valle de Oliveira Pinha, que deve enviá-la ao corregedor da Casa, senador Romeu Tuma (PFL-SP), que decide se a encaminha à Comissão de Ética. A partir daí, com base nas conclusões da comissão, poderá ser aberto ou não inquérito para apurar a responsabilidade de Estevão.

“Esta é a posição da Mesa e é a posição, acredito, dos próprios partidos que aqui estiveram, porque está dentro da legalidade”, destacou o presidente do Senado. Ele acredita que já na próxima semana a representação poderá chegar à Comissão de Ética. Mas, continuou, as preliminares de um processo desse tipo “evidentemente não se esgotam em um mês”.

— A opinião pública precisa saber e não ficar enganada, porque os prazos são muito maiores, inclusive a ampla defesa é assegurada — afirmou Antonio Carlos, que admite incluir a tramitação da representação na convocação extraordinária do Congresso caso o presidente da Câmara, Michel Temer, concorde.

Ele lembrou que a CPI do Judiciário concluiu por enviar o resultado das investigações ao Ministério Público e “já está praticamente estabelecido que a Casa daria licença para o processo, já que os dois maiores partidos (PMDB e PFL) assim decidiram”. E disse que o PFL decidiu que pode ir além, caso apareça um fato concreto, como a representação apresentada ontem.

CAE compensa estados pelas perdas da Lei Kandir

Comissão aprova projeto de lei que obriga governo federal a devolver R\$ 800 milhões aos cofres estaduais como forma de reparar prejuízos decorrentes da isenção de ICMS para os produtos exportados

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem, por unanimidade, projeto do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) que obriga o governo federal a devolver R\$ 800 milhões aos cofres estaduais, como forma de compensar as perdas decorrentes da isenção do ICMS para exportação estabelecida na Lei Kandir. O projeto agora segue para votação no plenário do Senado.

Os recursos, segundo o relator, senador Francelino Pereira (PFL-MG), não são novos e serão destinados, apenas, ao pagamento de dívidas contraídas com a União. O projeto permite a antecipação de recursos com base no

produto da arrecadação do imposto estadual sobre operações relativas à circulação de mercadorias, prestação de serviços de transporte e de comunicação.

— O projeto é importante porque contorna parcialmente uma injustiça praticada contra as economias estaduais, desde que entrou em vigor a chamada Lei Kandir — comentou o presidente da CAE, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), para observar que, apesar de a devolução ser pequena, é suficiente para dar um alento aos estados, facilitando, inclusive, o pagamento do 13º salário aos funcionários e o cumprimento de outros compromissos.

Amazonas cobra igualdade de tratamento para devedores

Os estados mais pobres da Federação foram excluídos da renegociação de dívidas com a União por não possuírem dívidas mobiliárias, único tipo de dívida que foi rolado. Além disso, pagam mais juros e têm prazos mais curtos do que estados mais desenvolvidos. Esse foi o alerta feito ontem, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), pelo vice-governador do Amazonas, Samuel Assayag Hanan. O presidente da CAE, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), afirmou que a maior parte dos estados está enfrentando o problema suscitado por Hanan. “A solução é urgente e o assunto merece toda a atenção da CAE”, disse o senador.

Samuel Hanan compareceu à audiência pública da CAE, onde eram esperados os governadores dos estados da região Norte, representando o governador do Amazonas, Amazonino Mendes.

— Os estados mais pobres da Federação não têm dívidas mobiliárias (dívidas em títulos, lastreadas em patrimônio), não têm patrimônio nem acesso ao mercado financeiro. As dívidas do Norte e Nordeste não foram renegociadas. Assim, aos estados mais pobres restam 13 anos para pagar suas dívidas, corrigidas pelo IGPM mais 6%, num total em torno de 26% ao ano. Já os estados mais ricos pagarão suas dívidas em 30 anos, com taxas que perfazem um total de 8% anuais. É impossível pagar IGPM mais 6% — afirmou.

Hanan disse que tal situação desbalanceou todo o ajuste dos estados mais pobres. Ele pediu que os senadores debatam o assunto e destacou que o Ama-

zonas, “sem qualquer ajuda do governo federal”, nos últimos cinco anos não teve déficit público operacional.

A secretária executiva da Fazenda do Pará, Teresa Luíza Cativo Rosa, também presente à audiência, apoiou a exposição de Hanan e pediu aos senadores “sensibilidade para enfrentar o problema”. Teresa Cativo Rosa disse que o estado do Pará vem sofrendo prejuízos com a Lei Kandir e que vem “perdendo quase 20% de sua receita mensal, sem possibilidade de recuperar esses valores”. Para a secretária da Fazenda, o governo federal não pode ter tratamento igual para estados com perfis desiguais.

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) se disse “desapontado” com “os governadores da região Norte que não compareceram à audiência e nem mandaram representantes”. Respondendo a questionamento de Jefferson, Samuel Hanan citou o INCC como um índice que poderia ser usado para correção das dívidas de todos os estados e reivindicou o alongamento do prazo de pagamento para 30 anos, “equitativamente”, disse.

Nova audiência pública com os governadores da região Norte na CAE para discussão do ajuste fiscal e da formação de uma frente para implementação de políticas especiais de desenvolvimento regional será marcada em janeiro, informou Suassuna, lembrando que os governadores que não compareceram à reunião marcada para ontem na CAE telefonaram, desculpando-se pela ausência.



Os senadores Luiz Otávio e Ney Suassuna ouvem o vice-governador do Amazonas



Além da criação das câmaras intersindicais, a CAS aprovou outras duas propostas

CAS aprova câmaras para resolver conflito trabalhista

Parecer do senador Moreira Mendes (PFL-RO) favorável a projeto do Executivo que dispõe sobre a criação de câmaras intersindicais de conciliação foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A proposta institui a Comissão Paritária de Conciliação, que terá a atribuição de harmonizar os interesses envolvidos nos dissídios individuais do trabalho. Votaram contra a proposta os senadores Sebastião Rocha (PDT-AP) e Heloísa Helena (PT-AL). A senadora Emília Fernandes (PDT-RS), que também rejeitou o projeto, apresentou voto em separado que foi derrotado. A matéria segue para o plenário.

De acordo com o projeto, as empresas e os sindicatos podem instituir comissões de conciliação prévia, com representantes dos empregados e dos empregadores, com a atribuição de tentar conciliar os conflitos individuais do trabalho. Juntamente com o projeto do Executivo tramitaram duas propostas semelhantes, de autoria dos senadores Jefferson Péres (PDT-AM) e Arlindo Porto (PTB-MG).

Ao comentar o parecer de Moreira Mendes, Porto observou que o texto deveria ser conclusivo quanto à obrigatoriedade do empregado ou do empregador de recorrer às comissões paritárias antes de apelar para a Jus-

tiça do Trabalho.

Já os senadores opositoristas, apesar de admitirem que “a proposta é bem intencionada”, apontam “desvantagens inegáveis do ponto de vista do trabalhador”, conforme Emília Fernandes. Em seu voto, ela sugeriu que toda conciliação fosse homologada pelo respectivo sindicato da categoria profissional.

Heloísa Helena entende que a iniciativa faz parte do arsenal de medidas “falsamente social-democratas” para a realidade brasileira. Se na Europa, onde foi criada, ela mostrou-se eficaz, no Brasil, as possibilidades de que essas comissões se tornem aliadas do trabalhador

são mínimas, afirmou.

A CAS também aprovou duas matérias em turno suplementar. A primeira foi o substitutivo da senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) a projeto do senador Gilvam Borges (PMDB-AP), que torna obrigatória a prestação de atendimento cirúrgico-plástico a portadores de defeitos físicos causadores de sofrimento moral relevante. A segunda foi o parecer favorável do senador Geraldo Althoff (PFL-SC) que obriga o Sistema Único de Saúde (SUS) a utilizar, exclusivamente, os medicamentos constantes da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (Rename).

Bezerra deve ser ouvido antes do recesso

Atendendo sugestão da senadora Heloísa Helena (PT-AL), o presidente da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), Osmar Dias (PSDB-PR), disse ontem que entrará em contato com o ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra, para convidá-lo a comparecer à CAS na próxima terça-feira, para falar sobre recursos hídricos.

Osmar Dias acrescentou que a reunião de terça-feira será necessária mesmo que Bezerra não possa comparecer, porque, em razão de reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), na manhã de ontem, não houve *quorum* na CAS para a votação de todas as matérias incluídas na pauta.

O presidente da CAS protestou contra a decisão do presidente da CAE, Ney Suassuna (PMDB-PB), que, “rompendo com o compromisso que foi assumido na presença do presidente do Senado, marcou horário da nossa reunião”. Osmar Dias afirmou, no entanto, que, com a reunião extraordinária de terça, a CAS vai encerrar o ano “sem deixar nada pendente”.

Acordos contra trabalho infantil têm parecer favorável

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem dois projetos de decreto legislativo (PDL) que tratam de acordos internacionais envolvendo a Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre idade mínima de admissão ao emprego, proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para a sua eliminação. O relator das matérias, senador Carlos Wilson (PPS-PE), deu parecer favorável e requereu urgência para a votação em plenário.

Também foi aprovada, por unanimidade e com parecer favorável do senador Romeu Tuma (PFL-SP), a indicação do ex-ministro da Ciência e



Vargas (E), ao lado de Carlos Wilson, foi ouvido pela comissão

Tecnologia, José Israel Vargas, para exercer o cargo de chefe da Delegação Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), em Paris. Atualmente, Israel Vargas é assessor especial da Casa Civil da Presidência da República.

Outra matéria aprovada pela CRE,

com parecer favorável do senador Moreira Mendes (PFL-RO), foi o projeto que trata do acordo de sede celebrado entre o Brasil e a Associação dos Países Produtores de Estanho. O acordo prevê a instalação da sede da entidade no Brasil. As duas matérias seguem para votação em plenário com pedidos de urgência.

Jucá destaca resultado de reunião sobre microempresas

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) relatou, ontem, os resultados do Seminário Nacional das Micro e Pequenas Empresas, realizado em São Paulo, de 5 a 7 deste mês. "Os participantes aprovaram o fomento às exportações, a qualificação do empresário e melhores condições de crédito como ferramentas para fortalecer as empresas e gerar empregos", afirmou.



Jucá: fomento às exportações e qualificação

Segundo Jucá, a Associação das Microempresas de Roraima apresentou uma pauta de reivindicações identificando os entraves que lhe tolhem as ações. "A concessão de empréstimos em grupos, os financiamentos especiais para centrais de compra, linhas de crédito vinculadas

a avais e com responsabilidade das associações de classe são as principais", disse.

Ao concluir seu discurso, Romero Jucá destacou que o esforço com a qualificação para exportar não deve invalidar o processo de valorização do mercado interno brasileiro, que hoje é base fundamental para as empresas de menor porte. "Mas o calcanhar-de-aquiles do sistema produtivo nas pequenas e microempresas é o acesso ao crédito em condições adequadas, ágeis e suportáveis, em função da produtividade e lucratividade dos empreendimentos."

Heloísa Helena saúda encontro em Belém contra neoliberalismo

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) saudou ontem os participantes do II Encontro contra o Neoliberalismo e a Favor da Humanidade e disse que este sistema econômico tem levado nações inteiras à destruição. No encontro, que acontece em Belém do Pará, desde o dia 6, estão sendo debatidas alternativas para a sobrevivência dos pobres do mundo. "São milhares de humilhados e oprimidos que estão tocando tambores para tentar acordar os neoliberais, que são responsáveis pelo seu estado de penúria", disse.

Heloísa afirmou que as pessoas reu-



Heloísa Helena: Brasil também está sendo dizimado

nidas em Belém têm a ou- sadia de dizer "Fora, FMI".

— O Brasil também está sendo dizimado, com sua soberania submetida ao FMI e seus estados se destruindo pela guerra fiscal. Saúdo o prefeito de Belém, que faz da cidade o coração solidário do mundo — ressaltou.

Em aparte, o senador Geraldo Cândido (PT-RJ)

disse que a Terra está ficando inabitável, com a poluição destruindo as reservas naturais e a violência explodindo em todos os cantos. "São os neoliberais os responsáveis por essa tragédia, ao impor ao mundo esse sistema injusto."

Hartung propõe autogestão para gerar mais emprego

Para senador, ao permitir ao trabalhador exercer o controle do capital e a gestão das empresas, este sistema afasta a terceirização

O senador Paulo Hartung (PPS-ES) defendeu, ontem, a autogestão das empresas por seus trabalhadores como uma modalidade criativa e eficiente para gerar e garantir empregos. "Ao exercer o controle do capital e a gestão do processo econômico, os trabalhadores garantem, pela ajuda mútua, a manutenção de seus empregos e rendas, afastando a precariedade da terceirização", disse.

Segundo Hartung, a estabilidade da economia é condição necessária para o crescimento econômico, mas não garante que ele venha a ocorrer. "Tampouco o crescimento econômico produz automaticamente a elevação do nível de emprego. Mais postos de trabalho podem não remover também a desigualdade e exclusão que marcam a sociedade brasileira."

O senador Paulo Hartung disse que a autogestão não somente garante emprego, mas tem potencial para melhorar o nível de renda dos trabalhadores. "É evidente que o sucesso de uma empresa autogestionária depende de um bom relacionamento com a empresa de origem, para assegurar vantagens como assistência técnica, garantia de compra do produto por período determinado e até mesmo algum suporte financeiro inicial", admitiu.



Paulo Hartung diz que autogestão pode possibilitar também aumento do nível de renda

Assim, para ser adequadamente implementada, a autogestão carece de um instrumento regulamentador que possa dar-lhe contornos legais precisos e normas operacionais nítidas, disse. Ele lembrou que, como diretor social do BNDES, teve oportunidade de acompanhar experiências de autogestão que obtiveram êxito porque o banco deu apoio às novas empresas. "Será preciso fazer mais, com a colaboração de todos os segmentos do setor público e dos órgãos e entidades de classe", concluiu Paulo Hartung.

Ademir Andrade faz apelo por negociadores em Medicilândia

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) relatou atos de violência praticados por trabalhadores da usina canavieira do município de Medicilândia (PA), que prenderam quatro deputados estaduais, o piloto e o avião do governador do Pará. "Faço um apelo para não mandarem a polícia e sim negociadores, porque os trabalha-



Ademir solicita que não enviem a polícia para tratar com os trabalhadores

dores estão há quatro meses sem receber salários e a safra foi perdida em função do contingenciamento de verbas pelo governo federal."

Segundo Ademir, os trabalhadores fecharam a Transamazônica desde a segunda-feira passada, depois de esperarem meses por uma providência do governo. "Produtores e trabalhadores estiveram várias vezes em Brasília, falando com os ministros Raul Jungmann (Política Fundiária) e Martus Tavares (Planejamento), obtiveram promessas, mas que não foram

cumpridas."

O senador lamentou que "por causa de um milhãozinho retido" tenham sido perdidas 450 mil sacas de açúcar e mais de um milhão de litros de álcool carburante, "sem falar nos problemas sociais causados por trabalhadores sem receber salários". Ele disse que os ânimos estão exaltados e podem ocorrer "conseqüências desagradáveis".

Em razão da gravidade da situação, Ademir Andrade fez um apelo ao governador do Pará, Almir Gabriel, e aos deputados da Assembleia Legislativa do estado para manterem a calma. "Que não façam como o governador do DF, Joaquim Roriz, mandando a polícia armada, para evitar feridos e mortos. É lamentável que a situação tenha se tornado tão grave, mas ainda há tempo de negociar uma saída honrosa para todos", finalizou.

Moreira Mendes pede rejeição das contas de Raupp de 97/98

O senador Moreira Mendes (PFL-RO) pediu, ontem, que a Assembleia Legislativa de Rondônia rejeite a prestação de contas do governador Waldir Raupp relativas ao exercício de 97 e 98, seguindo a orientação do Tribunal de Contas do estado, que as considerou "fraudulentas".

— O lugar de administradores como ele é na cadeia. A gestão Raupp, entre 95 e 99, foi uma sucessão de escândalos, envolvendo malversação de verbas públicas, desviadas por uma verdadeira quadrilha que inclui os cunhados do governador, José de Almeida e Amarildo Rocha, seu sobrinho João Assis Ramos e outros, que já tiveram prisão preventiva decretada — afirmou.

O senador por Rondônia pediu a inclusão nos Anais do Senado do relatório do Tribunal de Contas do estado. "Ele demonstra que a Ceron (Companhia Energética do estado) foi saqueada,



Moreira Mendes: gestão foi sucessão de escândalos

e o patrimônio desviado pela quadrilha no governo. O Banco do Estado de Rondônia (Beron) foi liquidado em meados de 1998, deixando R\$ 500 milhões a serem pagos pelo sofrido povo de Rondônia."

Moreira Mendes lembrou, ainda, o desvio de verbas do FGTS no valor de quase R\$ 2 milhões para três contas do governo estadual de onde desapareceram. "Muito estranho, também, foram as tratativas de Raupp com uma empresa da Colômbia, de Cáli, para obter empréstimos de US\$ 750 milhões oferecendo como garantia terras e bens do estado, sem qualquer base legal, cheirando a proposta de lavagem de dinheiro do tráfico. O fato tornou-se escândalo nacional, que foi abafado."

O senador conclamou o Congresso a votar, com rapidez, a lei de responsabilidade fiscal, de iniciativa do governo federal. "Somente assim teremos base legal para impedir que políticos aventureiros coloquem em risco projetos de desenvolvimento social e econômico."

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO HOJE

6h55 — *Senado em Pauta*
7h — *Saúde Todo Dia* — Natação para bebês
7h30 — *Especial/Unip* — Psiquiatria
7h55 — *Senado em Pauta*
8h — *Jornal do Senado*
8h25 — *Senado em Pauta*
8h30 — *Entrevista* — Senador Carlos Bezerra fala sobre inflação
8h55 — *Senado em Pauta*
9h — *Debate* — Senadores Geraldo Melo e Álvaro Dias falam sobre programa de privatização
10h — Sessão do Congresso Nacional (ao vivo)
Logo após — Comissão de Assuntos Econômicos
14h30 — Sessão Plenária (ao vivo)
18h30 — *Entrevista* — Senador Álvaro Dias fala sobre recursos do BNDS para a agricultura
19h — *Cores do Brasil* — Folclore do Maranhão
19h30 — *Cidadania* — Movimento em defesa da vida
20h30 — *Entrevista* — Senador Carlos Bezerra fala sobre inflação
21h — *Jornal do Senado*

21h30 — Debate - Senadores Geraldo Melo e Álvaro Dias falam sobre programa de privatização
22h30 — Sessão Plenária (representação)

RÁDIO SENADO HOJE

8h — *Agenda Senado*
Em seguida — Música e informação
10h — Sessão do Congresso Nacional (ao vivo)
Em seguida — Música e informação
14h30 — Sessão Plenária do Senado (ao vivo)
Em seguida — Música e informação
19h — *A Voz do Brasil*
Em seguida — Música e informação
20h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Nordeste
Em seguida — Música e informação
21h — *Senado em Linha Direta* — Edição Norte/Centro-Oeste
Em seguida — Música e informação
21h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Sul/Sudeste
Em seguida — Música e informação

Eduardo Suplicy registra protesto contra posse de prefeito de Mundo Novo

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse ontem que cerca de 100 pessoas, entre simpatizantes do PT e membros do Movimento dos Sem-Terra, lacraram a prefeitura de Mundo Novo com correntes e cadeados para impedir que o prefeito, Cléber Correia de Souza, tome posse. Três secretários municipais, segundo o senador, pediram demissão de seus cargos por não aceitarem trabalhar com Cléber Souza, depois que seu cunhado e secretário da Fazenda, Jusmar Gil, confessou ter contratado o pistoleiro que assassinou a prefeita Dorcelina Folador.

Suplicy disse ainda que a Câmara Municipal aprovou a suspensão de todos os pagamentos da prefeitura e a abertura de inquérito para apurar possível desvio de recursos públicos. O senador assinalou que o governador de Mato Grosso do Sul, Zeca do PT, tem agido com muita responsabilidade neste caso, pois existe grave risco à ordem pública na cidade.

O senador também registrou a visita a Brasília do professor Guy Standing, que



Eduardo Suplicy elogiou atuação do governador de Mato Grosso do Sul, Zeca do PT

é diretor da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e presidente da Rede Européia da Renda Básica. Segundo ele, Guy Standing veio participar de simpósio organizado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC), em conjunto com a OIT, onde proferiu aula magna.

Fracasso em Seattle requer reflexão, diz Alcântara

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) conclamou políticos e diplomatas a refletir sobre os motivos do fracasso da reunião preparatória da Organização Mundial do Comércio (OMC) realizada na semana passada, em Seattle (EUA). “Os organismos multilaterais de comércio deveriam conceder igualdade de tratamento a todos, e não era isso que estava se anunciando”, afirmou.

Para Alcântara, os protestos das ONGs, que levaram ao naufrágio político da reunião preparatória da Rodada do Milênio, se basearam na percepção de que os países ricos se preparavam para aumentar a discriminação comercial contra os países pobres.

— A chamada multifuncionalidade nas relações comerciais de produtos agropecuários quer incluir fatores como respeito ao meio ambiente, trabalho infantil, condições de trabalho. Na prática, será a imposição de uma barreira não-tarifária sujeita a avaliações subjetivas, sob o manto de proteção aos direitos humanos — explicou.

O senador pelo Ceará argumentou que os países ricos devem meditar sobre a ação das ONGs que inviabilizaram a reunião de Seattle. “É preciso aquilatar melhor as injustiças que já existem nas relações comerciais entre



Lúcio Alcântara sugeriu debate sobre reunião promovida pela Organização Mundial do Comércio

ricos e pobres. Se um país em desenvolvimento propusesse deixar de comprar produtos norte-americanos, porque os Estados Unidos são um grande poluidor do planeta, o que pensariam os ricos?”, perguntou.

Lúcio Alcântara se manifestou contrário à inclusão no comércio multilateral de regras subjetivas. “Não podemos aceitar argumentos que visam impor constrangimentos. Somente regras mais igualitárias entre todos os países poderão sinalizar para um crescimento do comércio mundial que possa beneficiar a todos”, concluiu.

Patrocínio pede maior debate sobre reforma do Código Penal

O senador sugere discussão mais ampla de proposta apresentada pelo ministro da Justiça, que colocaria 100 mil presos em liberdade

A reforma do Código Penal Brasileiro precisa passar por um amplo debate antes de ser concretizada. A afirmação foi feita ontem pelo senador Carlos Patrocínio (PFL-TO), ao analisar a proposta defendida pelo ministro da Justiça, José Carlos Dias, de adoção de um Direito Penal Mínimo no Brasil, com a instituição de penas alternativas para determinados crimes.

— A adoção pura e simples, sem qualquer tipo de debate, do Direito Penal Mínimo é uma incógnita — disse o senador, observando que, embora não restem dúvidas de que as penas alternativas sejam benéficas em muitos casos, seria preciso saber em quais e quando aplicá-las e até onde vai o poder discricionário do juiz para isso.

Carlos Patrocínio indagou se a reincidência estará prevista e se os altos níveis de criminalidade não crescerão mais ainda com o afrouxamento das punições. A reforma do Código Penal, na sua opinião, é imprescindível, mas deve ser



Carlos Patrocínio vê a adoção pura e simples do Direito Penal Mínimo como “uma incógnita”

feita com bom senso e cautela e não “às carreiras, como os estudos que estão sendo feitos no Ministério da Justiça”.

Defendida pela Organização das Nações Unidas (ONU), a tese do Direito Penal Mínimo, em princípio, seria uma solução para diminuir o número de detentos nos presídios, onde permaneceriam apenas os criminosos que representem risco à integridade física dos cidadãos.

Carlos Patrocínio disse que, de acordo com o ministro da Justiça, as novas regras colocariam 100 mil presos em liberdade, o que equivale à metade da população carcerária brasileira. Os praticantes de crimes como agressão física, furto, roubo, falso testemunho, uso de documentos falsos, homicídio culposo, uso de drogas, não-pagamento de impostos, receptação de carga roubada seriam punidos com penas alternativas, explicou o senador.

Além disso, prosseguiu o senador, o ministro da Justiça tem defendido a revogação da lei dos crimes hediondos, que voltariam a ser tipificados como crimes comuns. “Se a tipificação mudar, a sociedade terá que conviver com seqüestradores, traficantes, torturadores, terroristas, estupradores e tantos outros mais e ainda estará exposta a toda sorte de crimes, pois seus autores terão punição mínima e cumprirão grande parte da pena em liberdade”, concluiu Patrocínio.

Lúcio Coelho quer atrair mulheres para a política

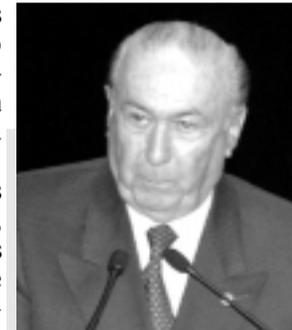
O senador Lúcio Coelho (PSDB-MS) anunciou ontem que visitará os 77 municípios de Mato Grosso do Sul divulgando cartilha por ele elaborada sobre a participação feminina na política e no desenvolvimento nacional. Com apoio do PSDB Mulher, órgão do partido criado em 1996, o senador quer tentar “quebrar um círculo vicioso” que leva as mulheres a terem pouca representatividade política e envolvimento na vida partidária.

Segundo o senador, normalmente há poucas candidatas com qualificação mínima indispensável para competir e ganhar uma eleição, isto

porque as mulheres “tradicionalmente não estudam política, quase não trabalham com política e têm pouca cultura política”.

— Continuamos, mais ontem e menos hoje, com poucas mulheres ocupando posições de destaque no mundo político nacional — disse o senador.

Lúcio Coelho acredita que a presença das



Lúcio Coelho elaborou cartilha sobre participação feminina na política

a produtividade social e melhora a aplicação dos recursos disponíveis no país.

— As mulheres têm uma enorme força política como detentoras de pouco mais da metade dos votos nacionais, mas permanecem como uma espécie de

maioria silenciosa, indiferentes ou sem consciência do próprio poder — afirmou o senador.

Segundo ele, a cartilha trata de questões importantes para mudar a posição da mulher na vida política e mostra exemplos de mulheres que tiveram a coragem de romper amarras culturais e econômicas, ligadas aos costumes e hábitos arraigados, e “ultrapassar o portão do conservadorismo”.

Álvaro faz apelo em favor de acionistas do Bamerindus

O senador Álvaro Dias (PSDB-PR) fez um apelo aos controladores do HSBC — banco britânico que comprou o Bamerindus — para que abram mão de parte de seus “lucros enormes” para indenizar os 53 mil pequenos acionistas minoritários do Bamerindus que viram suas poupanças se tornarem pó, em consequência da operação.

O Banco Central (BC), segundo Álvaro Dias, não pensou nesses pequenos acionistas, que investiram suas poupanças numa instituição bancária fiscalizada pelo BC. “Eles jamais foram avisados de

que poderiam perder tudo, e o BC os abandonou à própria sorte. O banco tem responsabilidade em relação a essa questão, porque promoveu a venda do Bamerindus sem levá-los em consideração.”

O senador informou que decisão de 1ª instância na Justiça do Paraná, reconhecendo na semana passada os direitos desses acionistas, trouxe algum alento a eles. “Mas todos sabemos quanto tempo demoram essas decisões judiciais até serem cumpridas. O HSBC deveria se antecipar à Justiça e indenizar esses acionistas”, concluiu Álvaro Dias.

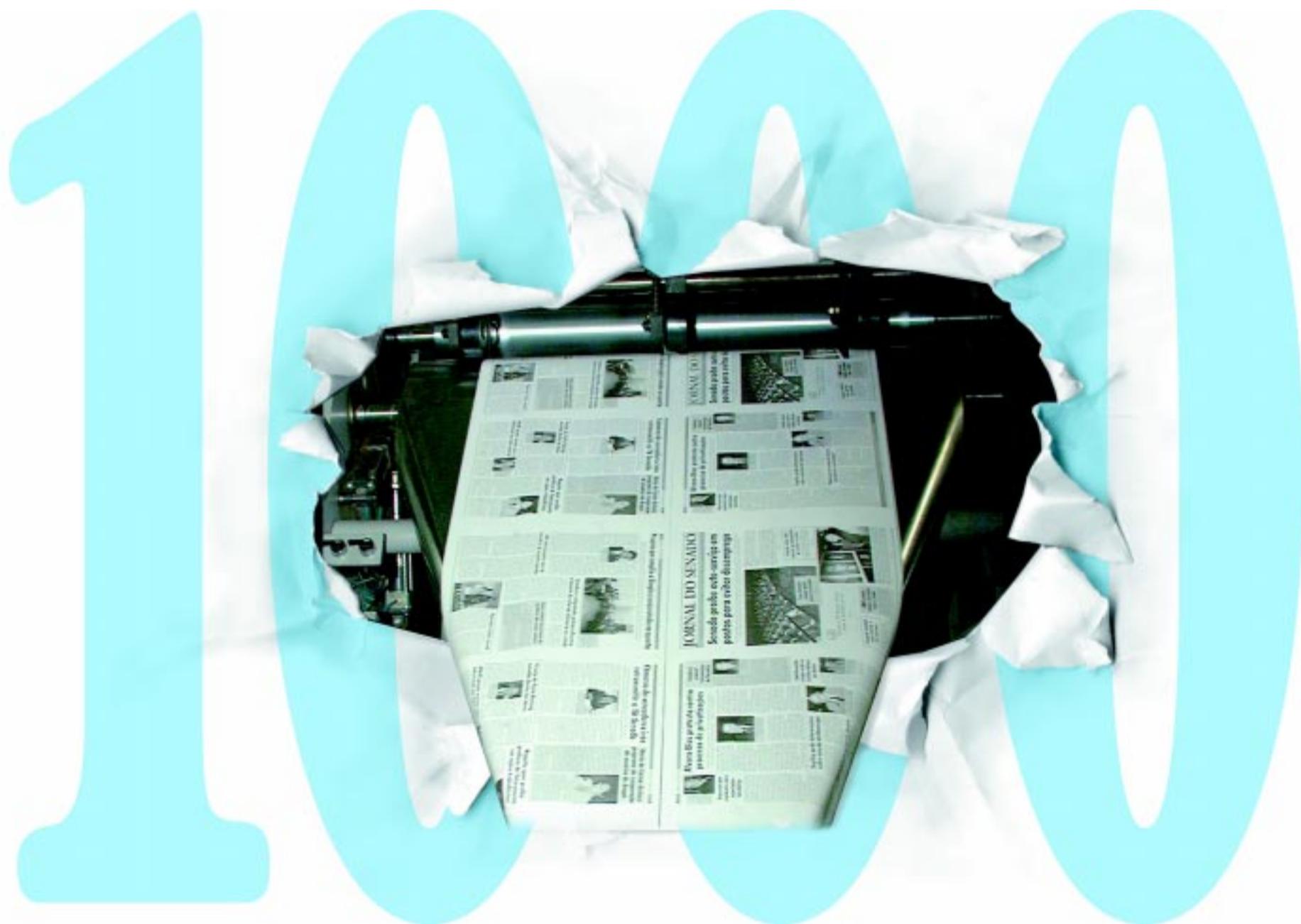


Álvaro Dias solicitou a controladores do HSBC que indenizem poupadores

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ENCARTE ESPECIAL DA EDIÇÃO Nº 1000 – QUINTA-FEIRA, 9 DE DEZEMBRO DE 1999



Um marco de transparência

O *JORNAL DO SENADO* CHEGA HOJE À MILÉSIMA EDIÇÃO, COMO PARTE DE UM COMPLEXO DE COMUNICAÇÃO QUE TEM O OBJETIVO DE TORNAR ACESSÍVEIS TODAS AS INFORMAÇÕES SOBRE AS ATIVIDADES PARLAMENTARES.

“NÃO HÁ HOJE NO PAÍS NENHUMA INSTITUIÇÃO MAIS TRANSPARENTE DO QUE O SENADO FEDERAL”,
AFIRMA O PRESIDENTE DA CASA, ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, EM ARTIGO ESPECIAL PARA ESTE ENCARTE.

Em 1000 edições, o jornal se tornou leitura obrigatória sobre o Senado

LANÇADO EM MAIO DE 1995, O *JORNAL DO SENADO* SE CONSOLIDOU, EM QUATRO ANOS E MEIO, COMO UM VEÍCULO IMPORTANTE PARA OS QUE DESEJAM AMPLAS INFORMAÇÕES A RESPEITO DAS ATIVIDADES DO LEGISLATIVO

Quatro anos e meio após as pioneiras tiragens, que se limitavam a 1500 exemplares diários, o *Jornal do Senado* chega ao número 1000 consolidado como um importante canal de comunicação entre a Casa e a sociedade brasileira. Ao longo desse período, o veículo tem procurado atender, de forma imparcial e atenta, à crescente demanda de informação a respeito das atividades dos senadores nas comissões e no plenário. A idéia de implantação do *Jornal do Senado* teve origem no espaço cada vez menor que vinha sendo dedicado pelos veículos privados de comunicação aos trabalhos desenvolvidos no Congresso Nacional. Verificou-se, na época, a necessidade de levar diretamente à população ampla informação sobre as atividades parlamentares, que garantisse maior transparência ao Poder Legislativo e amplo conhecimento, pelo cidadão, do desempenho dos seus representantes. O jornal circulou inicialmente em quatro páginas, com papel no formato A4. Manteve esse formato por pouco mais de dois anos, mas já nesse período experimentou um expressivo aumento do número de matérias e fotos publicadas. A quantidade de matérias subiu de 236, em maio de 1995, para 451 em maio de 1997. O número de fotos, no mesmo período, saltou



de 140 para 364. Para que isto se tornasse possível, foram lançadas, ainda no formato A4, ao longo do ano de 1996, edições com seis, oito e 12 páginas. Nesse mesmo ano, a tiragem do veículo ultrapassou a marca dos 20 mil exemplares. Em junho de 1997, adotou-se o formato tablóide para atender à demanda reprimida por espaço, uma vez que crescia a importância do jornal. Em 1997, a circulação deu um novo grande salto, alcançando o patamar de 30 mil exemplares diários, 50% a mais do que apenas um

ano antes. As 230 edições publicadas no ano – um recorde até hoje não igualado – levaram ao público 5138 matérias e 4512 fotos, além de 10 ilustrações. O primeiro exemplar com 16 páginas circulou em 11 de fevereiro de 1998. Em 4 de agosto, o *Jornal do Senado* ganhou um novo visual, mais moderno, leve e dotado de ícones destinados a tornar a leitura mais fácil. Este ano marcou ainda a chegada do veículo à era eletrônica: em outubro, foi ao ar a primeira edição pela Internet, nos formatos PDF e HTML, e adotou-se o uso da fotografia digital. Assim como nos dois anos anteriores, a circulação cresceu. Logo no início de 1998, mais de 40 mil exemplares já circulavam em todo o país.

O ano de 1999, por sua vez, trouxe a consolidação do *Jornal do Senado* como um veículo de ampla leitura – 45 mil exemplares diários – e grande produção editorial. Antes mesmo de dezembro, foram publicadas 5986 matérias e 4948 fotos. Uma constante renovação editorial e visual torna a leitura mais agradável, além de útil. Novas informações têm sido incluídas, como o resultado das votações de cada sessão deliberativa. O jornal chega ao número 1000 como um veículo respeitado e de leitura cada vez mais obrigatória para todos os que se interessam pelas atividades do Senado.

Número 1 deu destaque para a nova Lei de Diretrizes e Bases

Educação foi o tema principal da primeira edição do *Jornal do Senado*. A 4 de maio de 1995, anunciava-se que chegava ao final, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a discussão do substitutivo apresentado pelo então senador Darcy Ribeiro ao projeto da nova Lei de Diretrizes e Bases. Naquele mesmo dia, a comissão acolheria a proposta, depois aprovada pelo plenário e transformada em lei.

Desde então, o governo vem promovendo profundas mudanças na prática do ensino. E, ao divulgar para todo o país os debates que se travam na Casa em torno de iniciativas que afetam diretamente o dia-a-dia dos brasileiros, o *Jornal*

do Senado procura aprimorar a educação política da população. Um número cada vez maior de assinantes tem um canal direto de informação sobre as decisões que moldam a história brasileira.

Alguns temas tratados na primeira edição do jornal permanecem atuais. Integrante de um grupo de parlamentares que negociava com o governo uma solução para a crise do setor agrícola, o senador Osmar Dias queixava-se da “hipocrisia” que havia dominado as discussões até então. O senador Lúdio Coelho reforçava o tom crítico, ao acusar o Poder Executivo de pretender “segurar a inflação com a agricultura”.

Outros assuntos passaram a fa-

zer parte da história. Como a criação, anunciada pela então senadora Júnia Marise, de uma frente parlamentar suprapartidária em defesa da manutenção como empresa estatal da Companhia Vale do Rio Doce, que acabou passando às mãos da iniciativa privada. Da mesma forma, ficou registrado no jornal o protesto do senador Ademir Andrade contra vetos presidenciais ao Orçamento Geral da União, os quais, na sua opinião, impediriam a realização de obras emergenciais na região Norte do país. O senador Jefferson Péres, por sua vez, condenou a decisão do governo de reduzir a US\$ 2 bilhões anuais as importações realizadas pela Zona Franca de Manaus.



Darcy Ribeiro foi o autor do substitutivo da LDB, como noticiou o nº 1 do *Jornal do Senado*

A primeira edição registrou ainda a aprovação, por comissões do Senado, de projetos como o votado pela CCJ, de criação de ambientes especiais para os fumantes em repartições públicas, hospitais, escolas, bibliotecas, teatros e cinemas – que se transformaram nos hoje populares “fumódromos”. A Comissão de Assuntos Sociais, de acordo com a mesma edição, aprovou a proibição da esterilização

para fins de controle demográfico e a regulamentação do funcionamento de bancos de olhos – em ambos os casos, nos termos de substitutivo apresentado pelo senador Lúcio Alcântara. O primeiro número do *Jornal do Senado* divulgou ainda a aprovação, em plenário, de mensagens do presidente da República indicando novos embaixadores brasileiros em Cingapura, no Quênia e na Namíbia.

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do *Jornal do Senado*: Flávio de Mattos (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3327
Editor-Chefe: João Carlos Ferreira da Silva
Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, Djalba Lima e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

ENCARTE ESPECIAL DA EDIÇÃO Nº 1000

Coordenação: Flávio de Mattos
Pauta e edição: João Carlos Ferreira da Silva
Reportagem e texto final: Marcos Magalhães
Fotos: Roosevelt Pinheiro, José Cruz e Jane Araújo
Diagramação: Sérgio Luiz. Arte: Cirilo Quartim e Luiz Machado
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida e Maria das Graças Aureliano
Circulação: John Kennedy Oliveira Gurgel

Tiragem já alcança 45 mil exemplares

UMA EQUIPE DE SEIS EDITORES PRODUZ O JORNAL, QUE PROCURA RETRATAR DIARIAMENTE AS ATIVIDADES DO SENADO. DEZ MIL EXEMPLARES CIRCULAM EM BRASÍLIA E 35 MIL CHEGAM A AUTORIDADES E ASSINANTES DE TODOS OS ESTADOS

Os 45 mil exemplares do *Jornal do Senado* circulam diariamente em todo o país. São 10 mil distribuídos no Distrito Federal – para autoridades dos três Poderes, embaixadas, hotéis e passageiros de aviões partindo de Brasília – e 35 mil enviados pelos Correios para um público que inclui vereadores, prefeitos, deputados, governadores e assinantes de todas as regiões, que pedem para receber gratuitamente, em suas casas, notícias sobre os trabalhos dos parlamentares.

Uma equipe de seis editores elabora cada edição com base no material redigido pelos jornalistas da Agência Senado e nas fotos feitas por profissionais próprios. O jornal procura retratar fielmente as decisões tomadas pelas comissões e pelo plenário, as investigações realizadas por comissões parlamentares de inquérito – como as que apuraram, neste ano, denúncias de irregularidades no Poder Judiciário e no sistema financeiro – e os pronunciamentos feitos pelos senadores nas sessões plenárias.

A atividade parlamentar é



O jornal é elaborado por uma equipe de seis editores, mais paginadores e revisores

acompanhada passo a passo pelo jornal. Cada projeto apresentado pelos senadores é divulgado e explicado aos leitores. A tramitação das propostas pelas comissões permanentes conta com uma atenção especial. Procura-se explicar os debates em torno dos projetos, as diferentes opiniões dos senadores, o ponto de vista do relator de cada proposta e a própria tramitação das matérias, de modo

a permitir a compreensão das próximas etapas.

O tamanho da edição depende, em cada dia da semana, dos fatos políticos e legislativos ocorridos no Senado e, eventualmente, em reuniões conjuntas do Congresso Nacional. Se algumas edições contam com apenas quatro páginas, nos dias em que constam do jornal principalmente matérias que prevêem o que

deverá ocorrer na Casa, usualmente o veículo circula com oito páginas e, de forma cada vez mais freqüente, é publicado com 12 páginas. A versão ampliada geralmente coincide com os dias de maior atividade parlamentar.

A decisão sobre o que é publicado na primeira página de cada edição obedece ao critério de interesse jornalístico. Ou seja, ganham destaque em cada edição

os fatos considerados mais marcantes no dia-a-dia parlamentar. Os pronunciamentos dos senadores, que há alguns anos deixaram de receber destaque nos veículos privados de comunicação, são publicados todos os dias no *Jornal do Senado*, com isenção e equilíbrio, permitindo aos leitores o acompanhamento das posições de seus representantes sobre os grandes temas nacionais.

A transparência das atividades parlamentares, estimulada pelo *Jornal do Senado*, torna de conhecimento público informações que antes eram de domínio restrito. Por meio da leitura de suas páginas, um número cada vez maior de cidadãos pode acompanhar os fatos políticos e a tramitação dos projetos que se encontram na Casa. Além, principalmente, de contar com um instrumento didático, que torna mais fácil para o público menos especializado, mesmo sem conhecimento detalhado das normas do Poder Legislativo, o acompanhamento das atividades parlamentares.



Pedidos de assinaturas crescem a cada ano

De janeiro a novembro deste ano, 4376 pessoas solicitaram assinaturas do *Jornal do Senado*. O número, bem superior ao registrado em todo o ano de 1998, de 2633 solicitantes, registra o crescente interesse pela publicação. Basta um telefonema gratuito para o Senado, pelo número 0800-612211, para que qualquer interessado passe a receber o jornal em sua casa. A assinatura pode ser feita ainda por e-mail (jornal@senado.gov.br), carta ou fax.

O maior número de leitores encontra-se no Distrito Federal. Mas já existem quase seis mil assinantes em São Paulo, além de 3588 em Minas Gerais, 3136 no Rio Grande do Sul e 2383 no Rio de Janeiro. Distribuído diariamente pelos Correios para todo o país, o veículo alcança assi-

nantes também nos estados mais distantes e menos populosos. Roraima tem 88 deles, e o Acre 124.

Além de assinantes residenciais, o jornal conta entre seus leitores com 5505 prefeitos, 988 deputados estaduais, 3240 vereadores, 27 governadores, 2909 sindicatos e confederações e 11099 associações civis, como a Ordem dos Advogados do Brasil, o Sesc e o Senai. Todos os vãos que partem de Brasília fazem a distribuição gratuita da publicação aos passageiros. Mesmo aqueles que residem fora do Brasil podem ter acesso diário às notícias do Legislativo, por meio da versão eletrônica do *Jornal do Senado*, que está disponível na Internet. Ela é procurada, em média, por 7314 pessoas a cada mês.

MEMÓRIA

A comissão temporária de obras inacabadas começa a enviar telegramas a prefeitos de todo o país, solicitando-lhes a relação das obras de responsabilidade do governo federal que se encontram paralisadas em cada município. Pedido de informação no mesmo sentido é endereçado aos governadores e presidentes de assembleias legislativas. Esta foi a primeira medida tomada pela comissão, que teve como presidente o senador Carlos Wilson e como relator o senador Casildo Maldaner.



Número 17
26 de maio de 1995

A preservação da Petrobras como empresa estatal é garantida em carta do presidente da República entregue pelo presidente do Senado, José Sarney, ao presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Iris Rezende. De acordo com o documento, uma vez aprovada a emenda constitucional que flexibiliza o monopólio do petróleo, o Poder Executivo enviará ao Congresso Nacional projeto de lei em que será garantida a preservação da estatal, assim como das bacias que explora.



Número 51
10 de agosto de 1995

Por 57 votos a 13, além de duas abstenções, o Senado aprova em primeiro turno emenda constitucional que autoriza a União a instituir contribuição provisória destinada a financiar ações e serviços de saúde pública. Um pouco antes, por 58 votos a 17, havia sido aprovada emenda constitucional que prevê a flexibilização do monopólio estatal de petróleo. O relator desta proposta, senador Ronaldo Cunha Lima, destaca compromisso assumido pelo presidente Fernando Henrique Cardoso em defesa da manutenção da Petrobras.

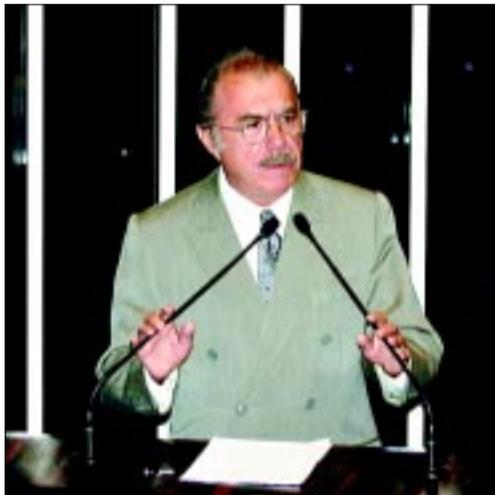


Número 99
19 de outubro de 1995

Senado ganhou mais visibilidade, diz Sarney

RESPONSÁVEL PELA DECISÃO POLÍTICA DE IMPLANTAR O COMPLEXO DE COMUNICAÇÃO, SENADOR ELOGIA RESULTADOS

A implantação do complexo próprio de comunicação – que inclui jornal, agência, rádio e televisão – tornou o Senado “o órgão legislativo de maior visibilidade no país”. A avaliação é do senador José Sarney, que, quando presidente da Casa, tomou a decisão política de tornar mais acessíveis à população as atividades dos parlamentares.



Sarney: “Comunicação aumentou o prestígio dos senadores e melhorou a qualidade do trabalho”

“Com o novo sistema, aumentou o prestígio dos senadores e melhorou a qualidade do seu trabalho”, afirma Sarney. Ele recorda que o *Jornal do Senado* já é distribuído em todo o país e que a TV Senado encontra-se entre as mais sintonizadas pelos usuários de televisão por assinatura. “Desapareceu ainda da pauta a idéia

de que o Congresso Nacional não votava. Hoje ocorre o contrário, pois o Legislativo exibe grande agilidade e esperamos o mesmo dos outros Poderes.”

De acordo com o senador, a decisão de modernizar o setor de comunicação ocorreu simultaneamente à de implantar uma reforma

administrativa – com o auxílio da Fundação Getúlio Vargas – e de promover a informatização da Casa. E a modernização começou pela etapa mais simples: a criação de um jornal. Em um segundo momento, com investimentos maiores, foram fundadas a TV e a Rádio Senado.

“O jornal era o primeiro meio que tínhamos de dar transparência total aos trabalhos do Senado e, na outra ponta, de permitir a fiscalização de nossas atividades”, relata Sarney. “E atualmente é um órgão moderno, compacto, ágil e de linguagem direta, que a cada dia melhora não apenas no aspecto visual, mas também no que diz respeito à qualidade dos seus textos.”

Sarney elogiou o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, cuja administração, em sua opinião, está “totalmente sintonizada” com o trabalho de divulgação da nova imagem da Casa.

Desde 1996 jornal é órgão oficial da Casa

Um ano e meio depois da circulação de seu primeiro número, o *Jornal do Senado* tornou-se órgão oficial da Casa. A decisão foi tomada pelo então presidente José Sarney, que assinou ato da Comissão Diretora, em 19 de novembro de 1996, determinando que a publicação se destinaria a “divulgar as atividades desenvolvidas nas sessões plenárias da Casa e nas reuniões de suas comissões técnicas, divulgando, ainda, entrevistas dos senadores e quaisquer outros eventos de interesse parlamentar”.

O mesmo ato estipula que o *Jornal do Senado* passaria a ser produzido sob a responsabilidade do corpo de redatores e repórteres da Subsecretaria de Divulgação da Secretaria de Comunicação Social. Na

justificativa da decisão, Sarney recordava “o grande interesse despertado e a enorme aceitação desse órgão de divulgação”, cuja tiragem havia subido de 1500, nas edições experimentais, para 20 mil exemplares distribuídos em todo o país.



O jornal é impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



Equipe de triagem busca reduzir ao máximo o tempo entre a impressão do jornal e a entrega de cada exemplar no endereço do leitor

Fotografia e circulação modernizam seus sistemas

O segundo semestre de 1998 foi marcado por inovações técnicas na fotografia e na circulação do *Jornal do Senado*. Em setembro, começou a implantação do sistema de fotografia digital, pelo qual as imagens passam a ser registradas por meio eletrônico e não mais em papel. O novo sistema funcionou de início paralelamente ao modelo convencional, mas atualmente as fotos são feitas apenas em equipamentos digitais.

A mudança permitiu a ampliação das opções de aproveitamento das fotografias, ao oferecer recursos como compensação de iluminação, correção de imperfeições e maior facilidade no armazenamento de imagens. A partir da implantação da fotografia digital, foi alterada a programação visual das páginas do *Jornal do Senado*. As páginas editadas são transmitidas também por meio eletrônico para impressão nos equipamentos da Secretaria Especial de Editoração e Publicações.

Poucos meses mais tarde, foi estabelecido um novo sistema de triagem destinado a reduzir ao máximo o tempo entre a impressão do jornal e a sua entrega no endereço de cada leitor. Pelo mecanismo adotado, a publicação voltou a ser entregue ao seu destino no mesmo prazo em que as cartas são entregues. Isto ocorreu um ano e meio depois de o jornal ter começado a chegar ao leitor como impresso – o que barateava o custo, mas atrasava em até uma semana a distribuição.

Com a alteração, ganhou-se tempo sem pagar mais. A publicação continuou a ser distribuída como impresso e com preço menor, mas passou a chegar mais rápido às mãos do leitor. Isto possibilitou ainda a manutenção da média mensal de circulação, além de economia de pessoal, material e uso de máquinas.

MEMÓRIA

O presidente do Congresso Nacional, senador José Sarney, afirma, durante instalação da segunda sessão legislativa ordinária da 50ª Legislatura, que o Legislativo voltou a se impor como o centro do debate político nacional, promovendo as mais importantes alterações no texto constitucional de que se tem notícia na vida republicana. Após recordar o esforço conjunto das duas Casas realizado desde 1995, ele diz ainda que sem parlamento não há liberdade e sem liberdade não há democracia.



Número 168
16 de fevereiro de 1996

O plenário acata parecer da Comissão de Assuntos Econômicos – diferente do acolhido pela Comissão de Constituição e Justiça – e aprova o projeto da Lei de Patentes. De acordo com a proposta, fica proibido o patenteamento de plantas e animais, exceto microorganismos e os processos não-biológicos e microbiológicos. O relator do texto aprovado, senador Fernando Bezerra, garante que o projeto está de acordo com as determinações da Rodada Uruguai do GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio).



Número 175
1º de março de 1996

Uma comissão de cinco senadores vai ao município de Eldorado dos Carajás, no Pará, para levantar informações a respeito da chacina de trabalhadores sem terra durante conflito com a Polícia Militar, que havia dominado os debates em plenário. O presidente do Senado, José Sarney, condena a “verdadeira operação de guerra contra lavradores” e garante que o Congresso está pronto a colaborar na busca de soluções definitivas para a questão agrária.

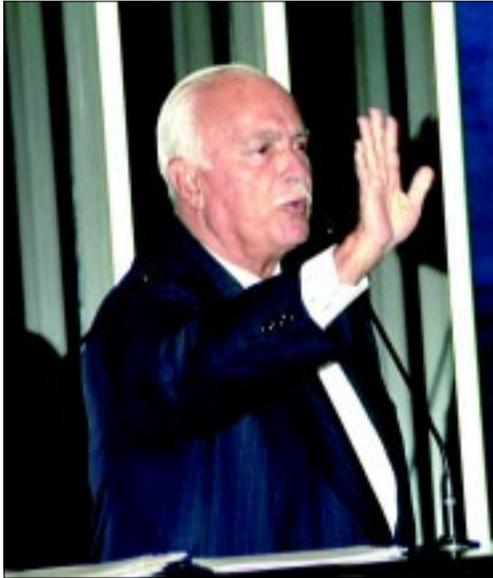


Número 208
19 de abril de 1996

O outro nome do Senado

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

Não há hoje no país nenhuma instituição mais transparente do que o Senado Federal. Tudo o que se faz aqui é atentamente observado por toda a sociedade, nos seus mínimos detalhes. Através desse acompanhamento, pelo que temos visto, a população sente-se cada vez mais estimulada a participar nas atividades do Legislativo. Das reuniões de cada uma das comissões às



lhadamente suas atividades, informar-se amplamente e formar sua própria opinião. Formada essa opinião, ele pode atuar, pode comunicar-se de forma rápida e eficiente com o parlamentar, através do serviço de telefone 0800, ou através da correspondência eletrônica. Desse modo, o parlamentar é avaliado pelos seus eleitores, que podem

reconduzi-lo ou não ao mandato, na eleição seguinte. O voto qualificado e consciente ganhou, desse modo, uma enorme base de sustentação.

reconduzi-lo ou não ao mandato, na eleição seguinte. O voto qualificado e consciente ganhou, desse modo, uma enorme base de sustentação.

Através do seu complexo de comunicação social, formado por uma agência de notícias, um jornal diário (agora comemorando seu milésimo número), por uma emissora de rádio e por uma emissora de TV, o Senado da República criou uma nova forma de interagir com o povo, sem quaisquer intermediários.

Não há no Brasil nenhum poder mais transparente do que o Legislativo. Se tivesse de escolher um binômio do que aconteceu no Parlamento nesses últimos anos, eu escolheria transparência e participação. Transparência no que se faz, participação da sociedade.

Tudo o que um parlamentar fala e faz, atualmente, é acompanhado pelos seus eleitores, que podem criticá-lo, dar sugestões, elogiar o seu desempenho, manifestando-se, através de um sistema gratuito de telefone, se concordam ou não com o senador.

Tudo o que se faz e como se faz no Senado é imediatamente tornado público, sem censuras, sem reservas. E em tudo o que se faz há um flagrante apelo à participação. Essa transparência, viabilizada em grande parte pelo nosso complexo de comunicação de massas, ao lado de um elevado grau de participação da sociedade nas atividades legislativas, tem um nome: democracia. E é esse o outro nome pelo qual atende o Senado Federal.

Diariamente, o brasileiro pode assistir ao que se passa no Senado, acompanhar deta-

Demanda reprimida pode dobrar circulação, revela diretor-geral

A tiragem do *Jornal do Senado* poderá saltar dos atuais 45 mil exemplares para 60 mil no ano 2000 e ainda alcançar a marca de 90 mil nos próximos anos. A previsão é do diretor-geral do Senado, Agaciel da Silva Maia, que identifica uma grande demanda reprimida pelo jornal e projeta uma ampliação gradual da tiragem que não pressione os custos de produção.

todas as cidades interessadas, das imagens da TV Senado. "A população poderá acompanhar em todo o país o que acontece naquele momento no Senado e, se quiser, telefonar para o nosso 0800 e dar sua opinião sobre o que está assistindo", adianta.

"Se fôssemos atender a todos os pedidos que recebemos de entidades de classe, bibliotecas e da própria sociedade, já teríamos uma circulação de 90 mil exemplares", afirma Agaciel. Para ele, o noticiário publicado pelo veículo funciona como uma prestação de contas à população do trabalho realizado pelos senadores. "Quando alguém quer dizer que nossas atividades são pouco intensas, as notícias publicadas pelo *Jornal do Senado* mostram o contrário", observa.

Ao lado da divulgação dos trabalhos da Casa, Agaciel destaca como prioridade o fornecimento de informações atualizadas e detalhadas aos parlamentares. Já estão disponíveis aos parlamentares, em CD-ROM, os anais da história do Senado e de todas as assembleias constituintes. Cada senador também já conta, no computador junto à sua mesa, com o registro de todos os discursos feitos no Senado.

De acordo com o diretor-geral, a publicação do jornal integra uma diretriz assumida pela Casa, que é a de garantir total transparência aos trabalhos legislativos. Como exemplo mais recente dessa política, ele cita o acordo feito com a Associação Brasileira de Câmaras Municipais para a veiculação em UHF, por

Em breve, um convênio com a biblioteca do Congresso dos Estados Unidos permitirá o acesso à legislação de 26 países sobre temas como educação, saúde, transporte e segurança. E todas as notícias publicadas pela imprensa nos últimos 50 anos a respeito de políticas públicas brasileiras também estarão disponíveis nos próximos meses. "Informação é o combustível da atividade parlamentar", aponta Agaciel. "Por isso, ela será oferecida da melhor forma possível."



Para Agaciel da Silva Maia, "informação é o combustível da atividade parlamentar"

MEMÓRIA

O Senado autoriza o governo a executar o Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam). A decisão ocorre seis meses depois de instalada supercomissão destinada a analisar denúncias de irregularidades no projeto. São aprovadas mudanças nas cinco resoluções que autorizam o governo a tomar empréstimo externo de US\$ 1,4 bilhão. Por recomendação da supercomissão, aprova-se um anexo que exige licitação pública para as obras civis do projeto.



Número 232
24 de maio de 1996

Por unanimidade, o plenário aprova o Código Brasileiro de Trânsito, que muda radicalmente a legislação do setor e impõe multas severas para os delitos de trânsito. Excesso de velocidade em frente a escolas poderá levar o motorista à prisão. O texto aprovado é o substitutivo apresentado pelo senador Gilberto Miranda, relator de comissão especial que analisou o tema. A proposta retorna à Câmara, para que sejam apreciadas mudanças feitas pelos senadores.



Número 270
18 de julho de 1996

A proposta de emenda constitucional que cria condições para aumentar os salários dos professores de ensino fundamental é aprovada pelo plenário. Estabelece-se como critério para investimento em educação o número de alunos matriculados no ensino básico. Cada um deles terá assegurado um investimento mínimo de R\$ 300 por ano. Caso o município não seja capaz de garantir a verba, ela será complementada pelo governo federal.



Número 300
29 de agosto de 1996

Projeto democratizou acesso à informação

O DIRETOR DO *JORNAL DO SENADO*, FLÁVIO DE MATTOS, LEMBRA QUE, ANTES DA IMPLANTAÇÃO DO COMPLEXO DE COMUNICAÇÃO DA CASA, “SÓ OS ASSESSORES PARLAMENTARES E OS LOBISTAS” SABIAM O QUE SE PASSAVA NO LEGISLATIVO

O diretor do *Jornal do Senado*, Flávio de Mattos, vê a implantação do complexo de comunicação da Casa como a quebra de um círculo vicioso, no qual a população não tinha acesso a informações sobre o trabalho dos parlamentares e essa falta de informações acabava prejudicando a imagem do Congresso.

“Só os assessores parlamentares e os lobistas sabiam o que se passava no Senado”, recorda Mattos, que integrou desde o início as discussões sobre o projeto de reformulação da área de comunicação social. “Ao contrário de antes, quando apenas os que circulavam diariamente na Casa tinham informação, agora qualquer pessoa tem acesso

direto ao que está sendo discutido”, compara.

No início, de acordo com o diretor, o público alvo era, principalmente, a mídia. Jornais, emissoras de televisão e rádio, envolvidos na cobertura diária do Congresso. À medida que os jornalistas estivessem bem informados sobre o que acontecia ou estava por acontecer, eles funcionariam como multiplicadores de informação.

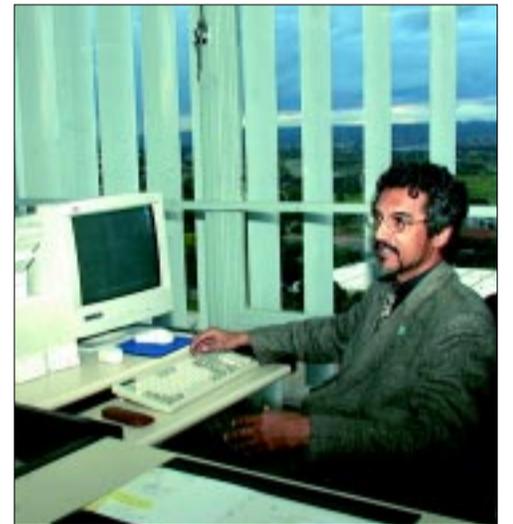
“O efeito foi rápido e o jornal teve uma grande repercussão”, avalia Mattos. Tanto que cresceu rapidamente, como ele observa, o espaço dedicado pelos jornais, revistas e emissoras de rádio e TV às atividades dos senadores. “Criou-se uma

demanda à medida em que esse novo serviço era oferecido.”

O crescimento do interesse pelo jornal motivou não só um constante aumento de tiragem, como também do número de páginas. Nasceu então a necessidade de ampliar o formato, antes A4, para tablóide. E a equipe de editores aumentou de dois para seis jornalistas.

“O público alvo hoje é muito mais amplo”, afirma Mattos. “Não atingimos mais apenas os formadores de opinião, mas também pessoas que não teriam dependência direta, para seu trabalho, de informação sobre as decisões do Congresso, que, no final das contas, atingem a vida da população.”

Mattos destaca que o desenvolvimento do jornal só foi possível pela parceria com a Secretaria Especial de Editoração e Publicações. “Os melhores equipamentos e recursos humanos têm sido colocados à disposição do jornal para assegurar a qualidade dos 45 mil exemplares impressos diariamente”, salienta; “o produto final é resultado do trabalho da equipe do jornal aliado ao esforço empreendido pela equipe gráfica”.

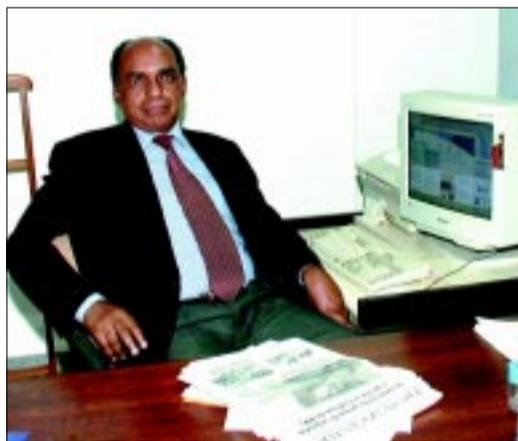


Mattos participou desde o início das discussões sobre a reformulação da área de comunicação social

Agência faz cobertura diária de todas as atividades do Senado

O noticiário publicado diariamente pelo *Jornal do Senado* é elaborado por uma agência de notícias montada, a partir de 1995, para divulgar os trabalhos dos parlamentares nas comissões e no plenário. A equipe de jornalistas da Agência Senado acompanha os pronunciamentos, debates, discussões e votações de projetos, para elaborar um retrato preciso do dia-a-dia da Casa.

“Eficiência e exatidão compõem o binômio que norteia os nossos trabalhos”, explica José do Carmo Andrade, diretor da agência. “Procuramos levar ao conhecimento da sociedade os debates e decisões do Senado”, acrescenta. Para isso, a produção divide-se basicamente em matérias completas – utilizadas pelo jornal e distribuídas ao público – e



José do Carmo Andrade: eficiência e exatidão são preocupações constantes da Agência Senado

flashes instantâneos, transmitidos pela Internet. A cada mês, 11 mil pessoas buscam informações da agência no site do Senado. Destas, quase

oito mil procuram informações em tempo real.

A cobertura dos trabalhos parlamentares é feita por duas equipes de repórteres. Uma dedica-se principalmente às comissões técnicas, que funcionam na maioria das vezes pela manhã. A outra registra tudo que ocorre no plenário, sejam pronunciamentos, debates ou votações de

matérias. Dois outros repórteres cobrem também as atividades do presidente do Senado. Todo esse material é analisado pelos editores da agência

e colocado à disposição do jornal, dos meios de comunicação e do público.

Sem prejuízo do destaque aos discursos dos senadores, a agência garante ênfase especial à atividade decisória da Casa, seja nas comissões ou no plenário, tanto do Senado como do Congresso Nacional. Dentro desse propósito, os repórteres são pautados, na quinta ou na sexta-feira de cada semana, a fazer matérias sobre a previsão de trabalhos para a semana seguinte, para poder tornar disponível aos órgãos de comunicação um detalhado material noticioso.

Para facilitar o entendimento do público sobre o papel do Senado e o processo legislativo, a agência elabora com certa frequência matérias institucionais, nas quais se explicam as funções privativas da Casa – como a apreciação da indicação de autoridades pelo presidente da República e a autorização para contratação de cré-

ditos pela União, pelos estados e pelos municípios. As matérias esclarecem também a linguagem legislativa, tornando mais fácil ao leitor compreender como funcionam, por exemplo, as votações em plenário e as investigações de uma comissão parlamentar de inquérito.

A cobertura dos trabalhos dos parlamentares limitava-se, até recentemente, aos noticiários divulgados pela *A Voz do Brasil*. Mais tarde, a equipe de jornalistas da Casa passou a elaborar releases que eram distribuídos aos repórteres credenciados nos comitês de imprensa do Congresso e aos principais jornais do país, inicialmente por telex, depois pelo sistema multiponto e então pelo método datafax, da Embratel, recentemente desativado. Antes da existência da agência, chegou-se a editar a revista *Quorum*, dedicada ao debate sobre temas políticos. Atualmente, as notícias da Agência Senado estão disponíveis a toda a população pela Internet.

MEMÓRIA

Ao tomar posse na presidência do Senado, Antonio Carlos Magalhães defende a pressão na votação de reformas propostas pelo governo e a busca de uma solução para o problema das medidas provisórias. Eleito com os votos de 52 dos 81 senadores, Antonio Carlos afirma que o Legislativo se imporá junto à opinião pública com decência, integridade e eficiência, e que poderá “reagir às críticas injustas e receber com humildade as reclamações”. Ao deixar a presidência, o senador José Sarney recebe homenagens em plenário.



Número 400
5 de fevereiro de 1997

Novas regras para a edição de medidas provisórias são aprovadas em primeiro turno pelo plenário. Substitutivo elaborado pelo senador José Fogaça aumenta de 30 para 90 dias a vigência das medidas e proíbe a sua reedição. O texto altera os artigos 48 e 84 da Constituição, com o objetivo de resgatar ao presidente da República algumas atribuições administrativas. O presidente do Senado afirma que a decisão prestigia o Poder Legislativo, sem prejudicar a agilidade necessária à atuação do Executivo.



Número 449
24 de abril de 1997

Por 63 votos a seis, o Senado aprova em primeiro turno a emenda constitucional que estabelece a reeleição para presidente da República, governadores e prefeitos. O plenário rejeita emenda do senador Pedro Simon, que previa a realização de referendo popular à proposta da reeleição, e destaque de proposta de Lucídio Portella prevendo a desincompatibilização para prefeitos e governadores que desejassem se candidatar a um novo mandato.



Número 468
22 de maio de 1997

Fernando Cesar vê jornal como referência

TRANSMISSÃO DAS IMAGENS DA TV EM UHF PARA TODO O PAÍS E A CRIAÇÃO DE UMA NOVA EMISSORA DE RÁDIO EM ONDAS MÉDIAS SÃO OS ATUAIS PROJETOS DO DIRETOR DA SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO SENADO

O diretor da Secretaria de Comunicação Social, Fernando Cesar Mesquita, acredita que o *Jornal do Senado* chega ao número 1000 como um veículo consolidado, que garante a leitores distribuídos por todo o país um acompanhamento diário das atividades dos parlamentares. “O jornal é hoje uma referência nacional”, avalia o diretor. Responsável pela implantação do complexo de comunicação da Casa, Fernando Cesar tem dado continuidade, ao longo das duas gestões do atual presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, ao trabalho que iniciou quando foi

indicado para o posto pelo ex-presidente José Sarney. E projeta novidades para os próximos meses, como a ampliação do alcance da Rádio e da TV Senado. A Rádio Senado, que hoje é transmitida por FM no Distrito Federal e por ondas curtas para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, passará a contar com uma emissora de ondas médias em Brasília. A frequência já foi solicitada ao Ministério das Comunicações. Com 50 KW de potência, a emissora em AM poderá alcançar ouvintes em vários estados brasileiros. Quanto à TV Senado, o próximo

projeto é o de permitir a retransmissão de suas imagens, em UHF, por emissoras municipais, por meio de convênios com câmaras de vereadores. Até hoje, somente os espectadores de televisão por assinatura têm acesso às transmissões. Com o novo sistema – em cuja implantação está empenhado o diretor da Subsecretaria de Projetos Especiais, Marco Antonio Reis – será alcançado um público muito mais amplo. “Vamos capilarizar a informação”, prevê Fernando Cesar. “Não se precisará mais ser assinante para acompanhar o que acontece no Senado.”



O diretor da Secretaria de Comunicação Social, Fernando Cesar Mesquita, prevê que os projetos em andamento permitirão uma maior “capilarização da informação”



O complexo de comunicação montado pelo Senado tornou-se, para Helival Rios, um “paradigma para todo o serviço público”

Cobertura do Senado é mais intensa, avalia diretor

Há cinco anos, quando os senadores que integravam a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) criada para apurar a Evasão Fiscal no país – por sugestão do então senador Fernando Henrique Cardoso – acompanhavam a leitura do relatório final elaborado pelo ex-senador João Calmon, apenas um jornalista cobria o evento.

Era Helival Rios, atual diretor de Divulgação e Integração da Secretaria de Comunicação Social do Senado, que redigiu uma matéria divulgada pela *A Voz do Brasil*. Somente quem ouvia o rádio às sete e meia daquela noite ficou sabendo que, segundo concluiu a comissão, nada menos do que

US\$ 80 bilhões deixavam de ser tributados a cada ano no Brasil.

A partir de então, começou a ganhar força o projeto de dotar o Senado de seus próprios meios de comunicação, que garantissem aos parlamentares um canal direto com a sociedade. Com a eleição do senador José Sarney para a presidência da Casa e a indicação do jornalista Fernando Cesar Mesquita para a Secretaria de Comunicação Social, o projeto começou a ser posto em prática. Inicialmente por meio da criação do *Jornal do Senado* e, mais tarde, da reestruturação da agência e da fundação de emissoras de rádio e televisão.

Quando o Senado promoveu a CPI dos Precatórios, o quadro já era outro. As transmissões ao vivo das reuniões da comissão

eram acompanhadas não só por jornalistas de todo o país, mas também por agentes do mercado financeiro interessados nos desdobramentos dos trabalhos dos parlamentares. As duas últimas CPIs – que apuraram denúncias de irregularidades no sistema financeiro e no Poder Judiciário – também receberam cobertura diária da imprensa e tiveram suas conclusões divulgadas para toda a população.

“Viramos o jogo completamente”, celebra Helival Rios, ao traçar um paralelo entre as CPIs. Ele recorda que a má vontade inicial dos órgãos privados de comunicação com a criação de um sistema próprio de comunicação do Senado deu lugar à percepção de que a mudança poderia ser útil para todos. “Começaram a per-

ceber que acompanhar ao vivo os trabalhos de uma CPI ou do plenário era muito melhor do que assistir a uma matéria de poucos segundos nos telejornais noturnos”, recorda.

O subsecretário lembra que há poucos anos a produção da área de comunicação social resumia-se a *releases* distribuídos no próprio Congresso Nacional e raramente utilizados pela imprensa. Atualmente, compara, o Senado tem recebido delegações de países como França, Venezuela, Argentina e Uruguai, compostas por funcionários interessados em obter subsídios para repetir a experiência brasileira. “Criamos um complexo de comunicação que se tornou paradigma para todo o serviço público”, afirma Helival Rios.

MEMÓRIA

Em sessão de cinco horas e 40 minutos, o plenário aprova o projeto da Lei Geral das Telecomunicações. É mantido o texto que havia sido enviado pela Câmara dos Deputados. No mesmo dia, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, assina os autógrafos do projeto, encaminhados à sanção do presidente da República. O debate em plenário concentrou-se no item relativo aos poderes e à característica de atuação da Agência Nacional de Telecomunicações.



Número 502
11 de julho de 1997

Nove senadores debatem em plenário a questão da violência. O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, condena qualquer iniciativa que se destine a abrandar penas para os crimes hediondos, entre eles o de seqüestro, e apela por um trabalho conjunto dos três Poderes para “limpar o aparelho policial do Brasil”. O senador acusa a “falsa defesa dos direitos humanos” – que, a seu ver, se pratica no Brasil – de estimular a violência e a criminalidade e atentar “contra o direito à vida das pessoas que são vítimas desses crimes”.



Número 543
15 de setembro de 1997

Os gastos das câmaras de vereadores são limitados por emenda constitucional aprovada em primeiro turno pelo plenário. De acordo com a proposta, quanto maior o número de habitantes do município, menor será o percentual de receita que ele poderá destinar à manutenção de seu Poder Legislativo, incluindo salários de vereadores e dos funcionários, além do custeio administrativo. É rejeitada emenda que concedia aos municípios prazo de 12 meses para se adaptar às novas regras.



Número 756
5 de novembro de 1998

Sistema tem TV, rádio e relações públicas

AVALIAÇÃO DO PÚBLICO É CONSIDERADA POSITIVA POR DIRETORES DA SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO, EMPENHADOS EM PROJETOS DESTINADOS NÃO SÓ A DIVULGAR INFORMAÇÕES, MAS TAMBÉM A PERMITIR UMA RELAÇÃO INTERATIVA COM O SENADO

Ao lado do *Jornal do Senado* e da Agência Senado, uma emissora de televisão, outra de rádio e uma equipe de relações públicas compõem o complexo de comunicação da Casa. A Central de Vídeo, criada em 1993, foi o embrião da TV Senado. Ela registrava os trabalhos no plenário e nas comissões, e as fitas eram enviadas às emissoras privadas, além de serem utilizadas na edição de um jornal televisivo veiculado duas vezes por dia pelo Sistema VIP, disponível apenas no edifício do Congresso Nacional.

As transmissões em caráter experimental da TV Senado começaram a 5 de fevereiro de 1996, pouco mais de um ano depois da aprovação da Lei de Cabodifusão, que permitiu às duas Casas do Congresso, às assembleias legislativas e às câmaras municipais que dispusessem de seus próprios canais de TV a cabo. A TV está no ar atualmente 24 horas por dia, em todos os locais que tenham rede de TV a cabo, e estará disponível também em UHF, para todo o Brasil, no ano 2000.

Para isso, já foi assinado um convênio entre o Senado e a Associação Brasileira de Câmaras Municipais, que abre caminho para a instalação de antenas retransmissoras com recursos locais. O edifício que abrigará a antena geradora, em Brasília, começará a ser construído no início do próximo ano, em terreno cedido pelo governo do Distrito Federal.

O alcance nacional da TV começa a tornar mais familiar para a população o dia-a-dia dos senadores. "Pelas informações que recebemos por telefone, computador e cartas, percebemos que os telespectadores

já possuem maior conhecimento do processo legislativo", relata Marilena Chiarelli, diretora da TV Senado.

A Rádio Senado começou um pouco mais tarde. Foi fundada em 29 de janeiro de 1997 e sempre teve audiência aferida pelas pesquisas do Ibope. Em Brasília, onde o sinal é transmitido em frequência modulada, a média de ouvintes por minuto oscila entre quatro mil e cinco mil. São principalmente pessoas de nível superior, com idade acima de 30 anos. As regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste recebem o sinal da rádio por ondas curtas.

"De todas as partes, a resposta que temos dos ouvintes é a mais positiva possível", afirma Sílvio Hauagen Soares, diretor da Rádio Senado. Os ouvintes destacam principalmente a qualidade da música, sempre brasileira, e a democratização da informação sobre o que se passa na Casa. De acordo com Hauagen, o ponto forte da programação atual — além das transmissões ao vivo das sessões plenárias e das reuniões das comissões — é a série Brasil 500 Anos, que vem retratando a história do país desde a chegada dos portugueses.

Outro meio de comunicação entre a população e o Senado é o serviço 0800 — Voz do Cidadão. Criado em 1997, ele se destina a permitir que cidadãos comuns possam encaminhar dúvidas, sugestões, opiniões e críticas aos parlamentares. Os comentários feitos por telefone são anotados e enviados aos senadores. "Este é um grande canal de interatividade do Senado com a sociedade", afirma Vinicius Becker, diretor da Subsecretaria de Relações Públicas.



As transmissões da TV Senado começaram pouco mais de um ano após a aprovação da lei que permite a órgãos legislativos veicular sua programação pelas redes a cabo

Secretário-geral elogia divulgação de informações legislativas

O secretário-geral da Mesa, Raimundo Carreiro Silva, acredita que o *Jornal do Senado* tornou mais acessíveis à população informações que antes tinham circulação limitada, como a previsão das votações em plenário e nas comissões e o resultado da Ordem do Dia. Com isso, as pessoas mais diretamente interessadas no que ocorre no Congresso Nacional não são mais obrigadas a buscar pessoalmente as informações que podem obter nas páginas do jornal.

"Isto facilitou muito o nosso trabalho", diz Carreiro, para quem a divulgação da agenda do Senado torna o Legislativo mais transparente. Outra inovação na relação com o público, recorda, é a possibilidade de acompanhar a tramitação de projetos pela Internet, de forma totalmente gratuita. Para o secretário-geral, a publicação pelo *Jornal do Senado* de matérias relatando as discussões sobre projetos em tramitação nas comissões auxilia ainda os parlamentares e todos os que acompanham a ati-

dade legislativa a obter maiores informações sobre propostas que ainda chegarão ao plenário.

"A avaliação que faço do jornal, e também a que ouço dos senadores, é positiva", afirma Carreiro. "Principalmente pela síntese, que nos permite ler sem cansar. Com ele, o Senado fica bastante fortalecido perante a opinião pública."



Raimundo Carreiro diz que a divulgação da agenda de trabalhos torna o Senado mais transparente

MEMÓRIA

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, apresenta em plenário sua proposta de emenda constitucional que cria o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza. O objetivo da emenda, segundo esclarece o senador em discurso, é o de resgatar da miséria 40 milhões de brasileiros. O fundo destinado a apoiar o "mutirão nacional contra a pobreza", defendido por Antonio Carlos, terá recursos de R\$ 6 bilhões a R\$ 8 bilhões ao ano.



Número 916
6 de agosto de 1999

O plenário do Senado aprova e envia à sanção presidencial o Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, de autoria do senador José Sarney. A proposta garante a cerca de quatro milhões de empresas, responsáveis por 60% dos empregos do país, tratamento jurídico diferenciado, simplificado e facilitado. De acordo com o estatuto, cuja aprovação foi saudada por diversos senadores, microempresas são as firmas que têm faturamento anual de até R\$ 244 mil e pequenas empresas são as que faturam até R\$ 1,2 milhão.



Número 943 — 15 de setembro de 1999

Após sete meses, encerram-se os trabalhos das comissões parlamentares de inquérito (CPIs) que investigaram denúncias de irregularidades no Poder Judiciário e no sistema financeiro. Ambas apresentam sugestões para corrigir distorções e pedidos de punição dos envolvidos. O senador Paulo Souto, relator da CPI do Judiciário, afirma que a Justiça precisa de "reforma e controle social". O relator da CPI dos Bancos, senador João Alberto, diz que a comissão enfrentou "a força do sistema financeiro".



Número 991
26 de novembro de 1999